



PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB

Pernambuco, no Topo do Brasil
Plano de Governo

Pastor Wellington Duarte Carneiro
Candidato a Governador

Uma palavra ao povo pernambucano.

Há quase 30 anos, o Estado de Pernambuco vem sofrendo com administrações desastrosas que têm causado diversos prejuízos ao nosso povo. O Estado não conseguiu, nas últimas décadas, por exemplo, resolver o déficit habitacional, nem tão pouco ampliar os postos de trabalho tão necessários à retomada do crescimento econômico em nosso Estado. Muitas empresas acabaram fechando suas portas, nesse período, devido, principalmente, a esmagadora carga tributária estadual. O que vemos, atualmente, é um cenário desafiador, que levará cerca de 10 a 15 anos para reduzirmos os danos causados pelos nossos ex-governantes. Nosso Estado é maravilhoso e nosso povo não merece continuar sofrendo nas mãos da velha política e oligarquias pernambucanas. Precisamos mudar para juntos colocarmos o nosso Estado novamente na rota do crescimento econômico e social que nosso povo tanto merece.

Diante do exposto, apresentamos à sociedade pernambucana nosso plano de governo que vai além de um plano de intenções. Afirmamos que as ideias propostas aqui configuram-se como um ato de libertação do nosso povo. Libertação das amarras do retrocesso. Remoção do controle político daqueles que usurparam de nossas riquezas ao colocarem suas garras no que é nosso de direito. Precisamos devolver à nossa gente: uma saúde de qualidade; uma educação acessível e de qualidade; um espaço público seguro para morar e trabalhar; um estado voltado ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis, uma região maravilhosa para se produzir riquezas. Chega! Vamos juntos dizer basta aos anos de políticas equivocadas e de retrocesso, consequência daqueles que se acham donos destas terras e deste povo.

Não somos serviçais, empregados de uma ou duas famílias que vivem a perpetuar filhos, netos e amigos no poder. Também não somos propriedade de um punhado de políticos que servem aos que se acham donos de Pernambuco.

Esta forma antiga de fazer política, dos antigos coronéis, tem que acabar, e ela começa a ser extinta agora. Chega de regalias e privilégios em que só o povo paga a conta.

Mudar é preciso e urgente. Creio que você, que é pernambucano, entende o que digo, sobre a necessidade de crescer e evoluir, de sair das mãos dos que se acham “donos de Pernambuco”. Para tanto, mudanças duras serão necessárias para botarmos nosso querido Estado de volta nos trilhos. Por isso afirmamos que nenhum dos atuais candidatos tem a força para fazer essa mudança, pois são velhas raposas disfarçadas de cordeiros pedindo para tomarem conta do galinheiro.

Esses que aí estão (filhos, netos, primos e amigos das velhas raposas políticas), que nunca fizeram algo que realmente mudasse nossas vidas, vêm novamente pedir seu voto prometendo o mesmo que os pais, tios e avôs deles prometeram em passado recente. São as mesmas promessas vazias de sempre. Por tudo isto, se você também deseja ajudar a tirar Pernambuco desse atraso e das garras dos lobos da velha política, a hora é essa. Venha conosco ajudar a fazer a mudança que Pernambuco tanto precisa.

Me orgulho em dizer que a vontade de ajudar na reconstrução de Pernambuco, que está dentro em mim, vem da minha família, das pessoas que sofrem há décadas sob o domínio opressor de velhos políticos.

Deus, pátria, família, trabalho e liberdade são os valores que pretendo defender, difundir e praticar!!!

Pr. Wellington Carneiro

SUMÁRIO:

1. Apresentação
2. Reforma do Estado para o Crescimento Sustentável
3. Ciência, Tecnologia, inovação e empreendedorismo para revolucionar Pernambuco, com melhor Infraestrutura e uma base para o desenvolvimento
4. Nossa responsabilidade com a Segurança Pública
5. A Educação é de todos e para todos
6. Saúde para uma vida melhor é direito universal

Pernambuco já foi conhecido como “Leão do Norte” e hoje sequer ruge como um gatinho. Vamos tornar este estado grande e honrar os “urros” dos velhos leões do passado que defendiam este Estado. Leões tais como Josué de Castro, Agamenom Magalhães, Cruz cabugá, Dantas Barreto e Aníbal Bruno.

I.Reforma do Estado para o Crescimento Sustentável

Não é preciso muito para se entender que atualmente o estado de Pernambuco vem definhando como um paciente moribundo em leito de UTI. Qualquer cidadão de bom senso sente, percebe, sabe que a coisa errada mora aqui e que se instalou, dentro do nosso Estado, um modelo de gestão danoso, e não é de agora. Pernambuco não chegou a esta situação em apenas 4 anos. Foram décadas de má gestão e de governos de faz de contas ou de aparências, que procuraram esconder do nosso povo uma triste realidade.

Basta conversar com as pessoas nas ruas e perguntar se há 30 anos era melhor ou pior. Basta olhar os dados crescentes sobre violência urbana. Ainda que tenhamos mais alunos nas escolas, inclusive se formando, a qualidade dos que se formam é vergonhosa para quem governa. Este faz de contas precisa terminar para que nossa gente possa se desenvolver e crescer de verdade, criando e gerando riquezas para si e para os outros.

Nos últimos 20 anos, a carga tributária vem crescendo sem parar, em nosso Estado, inviabilizando a melhoria da qualidade de vida da população, além de dificultar a abertura de empresas e a geração de empregos. Uma triste realidade em que todos nós pagamos a conta. O resultado é conhecido: atraso, desemprego, fome, saúde aos pedaços e a segurança um caos. O Pacto Pela Vida é apenas mais uma maquiagem que esconde a realidade da violência nas ruas mostrando que se gasta mal o que se arrecada sem que resultados práticos possam ser vistos e sentidos pela população. Pernambuco, segundo o G1- PE¹ em 21 de fevereiro de 2022, teve em 2021, mesmo com queda de 10% em mortes por violência, um total de quase 3.400 mortes. Pernambuco fica atrás somente da Bahia, que teve 5.099 vítimas, e do Rio de Janeiro, com 3.394 ocorrências. A diferença do terceiro para o segundo colocado é de apenas 24 casos. Comparando território e população destes 3 estados, é vergonhoso e alarmante.

Delongar sobre esses temas daria uma trilogia, que seria um *best seller* em vendas. Parece até obra de ficção, mas não é. Essa é a nossa realidade. Se não acordarmos agora, amargaremos coisas ainda piores no futuro próximo.

Não precisamos ir longe para lembrarmos dos descasos nas compras superfaturadas de hospitais de campanha, montados às pressas que mal funcionaram. Dos respiradores, comprados superfaturados e que nunca foram entregues à população. Da promoção de terror pelo Estado sobre o cidadão durante a pandemia e da retirada de nossos direitos constitucionais de ir e vir. Fecharam empresas e geraram desempregos através de medidas harbitrárias. Com isso geraram fome e mais miséria. Sim, até isso! Roubaram até nossa liberdade.

Aqueles que desejam se libertar deste atraso e destes que se acham donos de nossa vida e destino, ofereço minhas idéias e meu trabalho para mudar tudo isso.

Como sabemos, o Estado gasta muito e gasta mal. Tem um custeio elevadíssimo e entrega de volta um serviço ruim. Isso se formos generosos na avaliação. Para manter esta enorme máquina que só cresce; se cobra e se eleva os impostos, onerando ainda mais a vida de quem produz e de quem precisa consumir. Fato é que perdemos competitividade ao longo de décadas, o que só se agravou nos últimos oito anos, sob uma gestão de

atrasos e de desgoverno total. Segundo o IBGE², a média salarial pernambucana é de R\$ 829,00 e possui apenas 45% da população acima dos 16 anos trabalhando. Quando olhamos para abertura de empresas, segundo o DP – Diário de Pernambuco³ em 02/02/22, vemos um houve um salto de 98.652 em 2020 para 123.002 em 2021, o número de empresas abertas em Pernambuco registrou um crescimento de 24,6% no último ano, segundo dados da Junta Comercial de Pernambuco (JUCEPE). O levantamento também apontou uma alta no número de empresas fechadas no estado, passando de 31.085 em 2020, para 42.628 em 2021, o que representa um aumento de 37,14%. O que a JUCEPE não mostra e precisa ser dito, se este volume de crescimento de abertura de empresas foi na modalidade de MEI uma vez que, o cidadão não conseguia trabalho de carteira assinada e precisou se tornar algum tipo de prestador de serviços ou tentar sobreviver abrindo pequenos comércios. Ainda assim, fica claro que, se cresceu 24,6% entre 2020 e 2021 mas no mesmo período teve retração de 37,14%, o que mostra que a queda real foi de 12,54%

É só o cidadão pernambucano olhar em volta e ver as inúmeras obras inacabadas, investimentos mal direcionados de uma ineficiente gestão estadual.

Quando nossa gente entender que votar consciente, não votar por favores ou coisas do tipo, pode mudar a vida de todos, incluindo nossos filhos e netos, seremos capazes de ter a vida tão merecida e desejada.

Portanto, precisamos juntos romper com as correntes que nos aprisionam ao atraso e começarmos as reformas necessárias na estrutura do nosso Estado. Isso implica trazer de volta o equilíbrio fiscal, melhorar o poder de compra do nosso povo e promover a abertura de novos postos de trabalho. Por isso estamos dando início a um movimento que busca devolver ao povo pernambucano o poder de escolha, rompendo o antigo ciclo vicioso, que tanto atrapalhou nossas vidas. Juntos somos mais fortes! juntos podemos mais.

Para nosso Estado crescer, precisamos acabar de vez com alguns “contos do vigário”, como diziam nossos avós, ou com os mitos que foram criados. Em linguagem mais atual: as *fakes news* que tornam nossa vida pior a cada dia.

Vamos entender alguns destes mitos/fake news que precisamos jogar fora.

a. As desigualdades sociais se combatem com taxaço de quem produz as grandes fortunas, mais regulamentação e burocracia, mais tributos para todos, com mais propriedades privadas produtivas e com a divisão das riquezas com os mais necessitados.

Precisamos entender que a desigualdade social vem em parte da falta de uma educação de qualidade, que permita a cada pessoa obter conhecimento para ter igualdade de desenvolvimento pessoal e profissional. Neste ponto o Brasil tem feito o contrário ao ofertar uma educação de péssima qualidade para o nosso povo, gerando ainda mais desigualdade social, uma vez que aqueles que se formam possuem conhecimento limitado pela sua formação no ensino médio e fundamental, possui dificuldades para concorrer no mercado de trabalho com aqueles que estão mais bem preparados devido a uma melhor educação que recebeu já na base educacional fundamental e no ensino médio, que faz com que o aproveitamento de conhecimento nas graduações e cursos técnicos sejam melhor absorvidos.

Dar oportunidade a todos de forma igualitária é dever do estado, mas sabe-se que nem

todos irão usar estas oportunidades ofertadas de modo efetivo. Por isso pensamos que oportunidade é merecimento para aqueles que buscam se envolver em atividades que trarão resultados. A oportunidade dada é apenas uma parte da resolução para ter melhor igualdade social, a outra parte cabe a quem recebe, em tirar o melhor da oportunidade.

Manter pessoas vulneráveis em abrigos, por melhores que sejam, lhes rouba sua dignidade. Eles precisam de um propósito de vida, de um trabalho e não de piedade. Precisam de atenção e cuidados, de amparo e preparação para voltar a ser integrado à sociedade, sendo eles os principais atores da sua própria mudança de vida.

O governo deve ser um facilitador e valorizador do empreendedorismo, de forma a garantir a real igualdade de condições entre aqueles que tomam para si o risco de empreender. Se todos entenderem que o Estado não produz, logo, não gera riqueza, poderemos mudar nossa história, pois tomaremos caminhos diferentes dos tomados até hoje que nos puseram em um dos últimos estados do Brasil para se viver e trabalhar. Vamos reduzir fila de esperas na saúde em consultas, exames e procedimentos, bater forte contra o crime organizado, melhorar os índices da educação, trabalhar duro em reforma administrativa e tributária do estado e na infraestrutura focados em desenvolvimento econômico para uma melhor qualidade de vida da população.

No modelo atual de gestão praticado, só elevou-se a desigualdade. O Estado demonstrou ser um péssimo combatador da pobreza, devido aos subsídios irracionais e às políticas sociais sem efeitos. É isso que acontece com em Pernambuco, ao se dar ajuda aos mais necessitados, sem oferecer uma saída da condição de abandono em que vivem. Basta observar dados abaixo descritos pela FGV em relação ao estado de Pernambuco. Pernambucano tornou-se um pedinte, que depende das esmolas do Governo Federal continuar aprisionando nosso povo. Tem que ajudar, mas é preciso oferecer portas de saídas para a situação dos que se encontram na total dependência do Estado. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV⁴) mostrou que **Pernambuco** foi o estado do país em que a **pobreza** mais cresceu em 2021. Houve um **aumento** de 8,14%. “O ápice do mercado de trabalho em **Pernambuco** foi no final de 2014, com uma renda per capita domiciliar do trabalho de R\$ 880, por pernambucano.30/06/2022. De 2014 para 2022 são mais de 7 anos completos, dois mandatos do atual governo. Complementando esta questão do mal investimento e de um estado pesado para quem trabalha e gera riqueza, pesquisa da CBN⁵ mostra que o estado ocupa o quarto pior lugar, com 50,32% dos habitantes com renda per capita abaixo de R\$497 mensais no ano passado, ou seja, metade da renda avaliada e projetada pelo IBGE para 2022.

Pernambuco só fica abaixo de Maranhão em primeiro lugar, com 57,90%, Amazonas, com 51,42% e Alagoas, com 50,36%, na proporção de pobres no Brasil.

Comentado [EM1]: Argumentação retórica. Não seria melhor citar alguns caminhos a seguir?!

Comentado [EM2]: Corroborar a argumentação com dados estatísticos em nota de rodapé. ESTÃO NO FINAL DO MATERIAL, ÚLTIMA PÁGINA

b. Alguém já ouviu político falar que se aumentar impostos pode investir mais para melhorar nossa vida? Que com mais dinheiro o governo pode melhorar a saúde, por exemplo?

Eles nos acostumaram com estas conversas para “boi dormir” e ainda tem quem acredite nisso. Só fake news das grandes para ter dinheiro e torrar mais.

O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas não vimos melhorias na qualidade de nossas vidas. Pelo contrário, o recurso tomado do trabalhador foi utilizado, muitas vezes, para manter privilégios dos líderes do governo e patrocinar gastos

Pernambuco¹

irresponsáveis. São as lagostas e vinhos caros do STF, são as viagens em passagens de 1ª classe, são os vinhos bebidos nos palácios de governadores e tantas outras coisas que nem reis possuíam, no passado. Mas falta algodão e fralda descartável em hospitais, entre tantas outras necessidades.

Se pensarmos um instante, que o dono de uma padaria acorda às 3h da manhã para receber o cliente às 5h, com pão fresco e quentinho, com sorriso no rosto, de domingo a domingo para poder conseguir manter seus funcionários, pagar fornecedores e manter feliz seus clientes, percebemos então que o atual modelo de política do Estado é de ruim a péssimo. As coisas que funcionam de domingo a domingo, apenas estão abertas, mas funcionam mal. Recebem mal seus clientes (o povo que precisa de serviços básicos). O governo tem sido mal gestor dos valores que arrecada, gastando mais do que a receita. Para equilibrar essa balança, aumenta os impostos estaduais para cobrir o custeio da máquina e continuar gastando mais e mais, e muito mal.

A boa gestão é aquela que consegue entregar aquilo que o cliente deseja e precisa, com menor custo, menor preço, mais rápido, obedecendo a seguinte premissa:

Menor Investimento x menor tempo de execução x maior qualidade x maior número de pessoas atendidas.

Precisamos saber onde investir. E quem sabe nos dizer como? O povo, que sente a falta dos serviços e que usa esses serviços essenciais, diariamente.

c. Simplificar e desburocratizar ao invés de intervir e incentivar

Pernambuco hoje tem alíquotas que desestimulam investir no nosso estado. Essas alíquotas tornam investimentos pesados para o desenvolvimento do pequeno ao grande empreendimento. O excesso de burocracia, a falta de estrutura organizacional e estruturas físicas comprometem a capacidade de atrair novos investimentos. Os gastos atuais do governo não tem gerado os resultados esperados. O governo precisa desburocratizar mais a máquina pública nos diversos setores da economia. Deve, na verdade, responsabilizar-se por simplificar tributos, a fim de facilitar o desenvolvimento econômico de nossa gente.

É possível ver que vertentes de modelos econômicos pautados no modelo de economia socialista tem levado nações ao fracasso em seu desenvolvimento como nação. Ainda que apenas uma parte das ações tenham este viés, o dano é enorme. Basta olhar o que aconteceu com o Brasil nos últimos 40 anos. Um total atraso.

Se olharmos para Israel na década de 50 comparando com sua condição hoje, vemos um país próspero, seguro. Apesar de todos os ataques que sofre, ainda é mais seguro que o Brasil. Basta ver que em país considerado desenvolvido. Também é um país mais produtivo, se compararmos sua área territorial e condições climáticas. Possui mais prêmios Nobel que qualquer outra nação. Outro exemplo, é Hong Kong e Japão. Em 30 anos se tornaram potências mundiais, economicamente falando. E todos eles com alto IDH (índice de desenvolvimento humano).

Desburocratização, investimento pesado e sério na educação, na infraestrutura e Pernambuco¹

Comentado [EM3]: Poderia citar os fracassos e escândalos de corrupção de tal modelo em países como a Polónia (Sindicato Solidarnosc) e outros.

Comentado [EM4]: Citar eixos de desenvolvimento que fundamentaram a transformação em Israel.

segurança tornaram estas nações o que são hoje.

Já quando olhamos para os modelos de economia voltados ao socialismo, vemos políticas que tem sido nefastas onde passam. Onde o modelo foi implantado, caminhou em direção a modelos de governo não democráticos e levou sofrer à sua população. Vejamos o exemplo da Argentina, que segundo a CNN Brasil⁶, a Argentina enfrenta um mar de pobreza que chega hoje a 50%. Diz na matéria: “A crise política se reflete em uma dívida externa que só cresce, em uma inflação descontrolada e um desemprego em alta. Hoje, quase 40% dos argentinos estão em situação de pobreza.”

Se citarmos os desastres na atual Honduras e Venezuela Percebemos que o caminho destas nações pode os levar ao modelo cubano em pouco tempo.

Vejamos um comparativo entre países com dados de território e população semelhantes a Pernambuco.

GRAFICO 01

LOCAL	IDH	POPULAÇÃO Em milhão	TERRITÓRIO	RENDA MÉDIA/ANO	EM DÓLAR
Hong Kong(China)	0,949	7,95	1.104 km ²	HKD\$ 586,84	\$74,782
Japão	0,919	127,2	372.819 km ²	Y\$ 9.300	\$67,920
Israel	0,919	8,32	22.070KM ²	IL\$ 242,33	\$70,344
Brasil	0,765	214,9	8.515.876KM ²	R\$ 15.600,00	\$2.971
PE	0,683	9,8	98.067 KM ²	R\$ 10.777,00	\$2.052

O IDH é medido em uma nota máxima de 1.0

Fontes: https://www.suapesquisa.com/paises/china/hong_kong.htm e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>

Dados de Pernambuco comparados ao demais estados do Brasil em suas 27 Ufs.

GRAFICO 02

IDH 0,673	Ocupamos a posição de 24 entre 27 estados.
IDEB 4,5	Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) e somos o 20º na avaliação IDEB [2019]
R\$ 829 ,00	Rendimento nominal mensal domiciliar per capita. Somos a 24ª entre 27 UFs
45,3%	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2021]
273.962 pessoas	Pessoal ocupado na Administração Pública, defesa e seguridade social
98.067,877 KM²	19º território entre as Ufs em área

FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>

Portanto, temos território superior a Japão e a Israel, com solo e recursos naturais mais abundantes que em qualquer um destes locais.

Em 30 anos, estes locais se tornaram referência mundial em todas as áreas (agricultura, educação, tecnologia, medicina, economia, etc), e em Pernambuco, por 30 anos de famílias que repassam Pernambuco de mão em mão entre elas, temos um caos em todas as áreas.

O que falta para sermos igual Hong Kong, Japão e Israel?

Elegemos pessoas sérias, capazes e com desejo de fazer Pernambuco ser uma grande potência. Convidamos nosso povo a começar a mudar sua história pois durante 40 anos tem se delegado esta função para as famílias que vivem da política, e o resultado é que cada dia eles concentram mais renda(dinheiro) nas mãos de poucos e mais miséria na mão do povo. Somente um estado liberal e conservador poderá mudar esta realidade.

Somente um choque de gestão, uma reforma administrativa poderá permitir que o ambiente de negócios surja, renasça e assim, tornaremos visível para todos um crescimento duradouro. Desta maneira, será possível atrair novos investimentos, propiciando um ambiente de maior liberdade econômica e segurança jurídica, incentivando o pequeno e médio empreendedor.

d. A previdência pública não é superavitária

Um dos principais problemas enfrentados pelos estados no Brasil está ligado à questão do déficit na Previdência Social. Os gastos neste item são de vulto absurdo. Segundo matéria do Diário de Pernambuco em 30/01/2020, são 398 bilhões em 2019, e as medidas tomadas na reforma da mesma no estado, não surtiram efeitos. A estimativa de crescimento é de 3.1 bi ao ano (3.1bi em 2021 e 3.2 bi em 2022).

Privilégios aos servidores ao longo de décadas, levaram a um problema de proporções dantescas e que se não houver ação imediata, não será impossível reverter o quadro.

O compromisso com estas mudanças deve ser encarado como algo de alto teor de importância e prioridade a ser solucionado, e precisará se cortar na carne para chegar a uma solução que já não pode ser apenas paliativa ou em pouco tempo irá colapsar em outras áreas já que os direitos resguardados obrigarão a cortar em outras áreas. Cortar o desnecessário e traçar um plano para reverter a situação em 10 anos, com maiores impactos já nos primeiros 5 para evitar colapso, se faz necessário.

e. Dinheiro não cresce no chão, nem cai de árvore ou da chuva

Dinheiro é bicho arreado, arisco, e não gosta de quem o trata mal e de forma descuidada. Vale lembrar que ele não é infinito, mesmo para um estado ou País. O equilíbrio financeiro é uma prática constante, seja ele na economia do lar/doméstica ou nas contas empresariais, e também nas contas públicas. Esta premissa que vale na iniciativa privada, nos lares, vale para os governos. Seja qual for o governo, os recursos serão sempre limitados e as necessidades sempre ilimitadas, e a gestão destes recursos deve ser feita com respeito ao pagador de impostos.

Comentado [EM5]: Poderia falar de economia sustentável baseada nas vocações regionais e na qualificação de mão de obra voltada a tais premissas. ISSO É DITO DEPOIS. O TRABALHO AQUI MOSTRA MITOS SOBRE CADA ÁREA, DEPOIS TRAZ PREMISSAS(PÁGINA 10) E NA SEQUENCIA, MOSTRA COMO MUDAR A ATUAL REALIDADE DE CADA MITO LEVANTADO. ISSO OCORRE EM TODO O MATERIAL. MITOS, DEPOIS PREMISSAS GERAIS, DEPOIS DESMISTIFICA-SE OS MITOS APONTANDO CAMINHOS

f. Governante plantador de alface vs governante plantador de côcos

A vaidade, a falta de visão e principalmente a falta de respeito ao dinheiro público e ao pagador de impostos é recorrente ao longo de 40 anos, e por isso ainda não somos uma Hong Kong, Israel ou um Japão. Uma obra iniciada deve ser concluída pelo próximo gestor e jamais abandonada. Bolsonaro fez bem este papel e realizou em 4 anos mais obras que qualquer outro pelo fato de concluir aquilo que fora abandonado, executando outras a partir do zero, valorizando cada centavo do pagador de impostos que somos eu e você.

A prática enraizada na política de começar novas obras, impacta negativamente a continuidade das políticas públicas em qualquer lugar do mundo, bem como atrapalha a construção de um modelo de gestão de conhecimento e de melhoria contínua.

A fiscalização deve ser algo permanente, seja pelas instituições que já possuem este papel, seja pela comunidade que DEVE TER ACESSO LIVRE a cada centavo gasto e de que forma foi gasto. Incentivar a formação de GRUPOS FISCALIZADORES, COM SEDE, CNPJ, SEM FINS LUCRATIVOS, formada por pessoas que tenham capacidade de fiscalizar as contas do estado. Esta é uma forma de dar transparência e serem cobradas as devidas explicações em casos em que se saia do planejado.

Se a população entender seu papel e colaborar, em muito breve será possível termos um modelo de gestão transparente e que favoreça a população. A premissa que é válida para iniciativa privada, é válida para o setor público. Vejamos algumas delas:

- Criar, desde o início, em todos os ambientes privados e governamentais uma cultura de gestão de conhecimento e aproveitamento de boas práticas no setor público;
- Não haverá aumento da carga tributária atual;
- Estudos para redução de carga tributária serão realizados e aplicados;
- Produzir mais e melhor com menos e mais rápido;
- Somente se faz o gasto se aquilo provar trazer benefício que compense o investimento de tempo e recursos;
- Eliminar o "coitadismo" e trabalhar para gerar empregos, única forma de combater a pobreza, a miséria e as desigualdades;
- Buscar em poucos anos uma equidade e igualdade de condições em relação a aposentadoria do servidor público e do trabalhador do setor privado;
- Quem empreende, deve ser visto como igual pelo governo, independente do porte da empresa;
- A reforma administrativa e a desburocratização para acabar com o problema de se criar dificuldades para vender facilidades;
- Nada deve ser pensado para ontem ou amanhã, sempre para uma década a frente.

Comentado [EM6]: Relinhamento das cadeias produtivas locais? Requalificação de mão de obra? Fomento? RESPONDIDO NAS PÁGINAS SEGUINTEs

Comentado [EM7]: Não seria com oportunidades igualitárias, fundadas em equidade?!

Comentado [EM8]: Linha de argumentação q pode gerar receios de desemprego.

Comentado [EM9]: Planos plurianuais?!

Baseado nas premissas acima, contextualizadas anteriormente sobre os mitos criados, propomos alguma ações governamentais a saber:

➤ **Enxugar a máquina pública.**

Atualmente existem 26 caixas preenchidas na atual gestão, contando entre Governador, Vice Governadoria, Secretarias e pastas acessórias diretas. Em nossa proposta, reduzimos este montante para 18, destas, apenas 13 serão Secretarias.

Acreditamos que neste novo organograma, a redução de gastos da máquina pública, redução da burocracia e acabar com o alto volume de cargos comissionados desnecessários e trará ganho ao Estado. Com menor número de secretarias, haverá facilidades para que o governo, junto a sua assessoria de planejamento estratégico possa acelerar as ações necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas, mapeando gastos, processos, controles, e assim gerar maior e mais rápido desenvolvimento de Pernambuco.

Comentado [EM10]: Quais serão extintas ou agrupadas?! SERÃO APRESENTADAS NOS DEBATES

➤ **Simplificação de processos.**

A simplificação terá como ponto de partida rever e criar os modelos de processos internos dentro de uma visão para apoiar um modelo de economia liberal, em moldes similares ao da iniciativa privada, que buscam cotidianamente reduzir custos, elevar a qualidade dos serviços prestados e em menor espaço de tempo. Além de mapear os processos, torná-los obrigatórios nas repartições públicas, dará transparência ao contribuinte sobre como e onde estão sendo aplicados os recursos com os gastos públicos, tornando menos burocrático e mais acessível e seguro os serviços prestados. Para isso o uso das TIC será fundamental, interligando todos os processos de todas as secretarias em uma mesma estrutura, facilitando inclusive auditorias internas e externas. Todas as ferramentas que poiem a gestão e que forem necessárias para o estado atuar de forma ágil, focado em modelo mais liberal de economia BI, governança, etc etc, serão usadas.

➤ **Lugar certo, pessoa errada.**

Parece comum a cada governo que entra, alocar pessoal sem capacidade técnica em certas funções do governo devido a acordos políticos antes da eleição. Isso causa perdas exorbitantes ao estado e por consequência, ao povo pernambucano. Isso tem mostrado na prática que não funciona e eleva a inoperância governamental.

Outra face deste modelo é a falta de reconhecimento ao servidor do estado, concursado e mal aproveitado em seu local de origem porque os cargos de relevância para conduzir os setores são ocupados por pessoas muitas vezes não concursadas ou que apesar de serem do quadro, não dispõem de capacidade necessária para ali estar. Precisamos valorizar aqueles que além de competência, amam o que fazem. Se faz necessário reavaliar as alocações, mapeando setores onde há gorduras e carências de mão de obra e realizar as alterações necessárias, usando pessoas que tenham a competência necessária para sentar nas cadeiras certas.

Comentado [EM11]: Novo plano de carreiras? Cursos de requalificação e aperfeiçoamento? Estabelecimento de metas de produtividade no serviço público?

➤ **Guerra contra a pobreza.**

Pobreza consome recursos humanos durante o combate ao problema da fome. Consome recursos do estado e de vidas, nas mais diversas formas: seja pelas doenças que esta situação causa ou pela dignidade humana inexistente. Combater

a fome é reconhecer que a mesma existe e é crescente (ver dados no gráfico 02). Programas assistenciais são apenas um paliativo àqueles que estão nesta condição. Porém, um programa assistencial bem feito, que ampare e qualifique o cidadão mais necessitado, reconduzindo-o ao mercado de trabalho, seja dentro de prefeituras, do próprio estado ou na iniciativa privada, é dar mais que alimento e abrigo. É dar meios de saída desta condição de vida indigna. Estes desamparados precisam ter sua liberdade devolvida e ela vem pela liberdade econômica dentro do estado liberal que gera riquezas para seu povo.

➤ **Liderança por seleção**

Não poderão ocupar cadeira de liderança quem não conhecer do assunto a ser desenvolvido e sem compromisso para tal. A seleção se dará por critérios técnicos estabelecidos e colocados como obrigatório. Chega de pessoas colocadas em cargos de gestão e que não possuem capacidade de exercerem o papel, ou até de pessoas com capacidade, mas que não possuem o compromisso para o fazer. A todos, e mais ainda aos gestores, metas e padrões de trabalho através de processos definidos previamente. Estes serão a base da gestão. Os que não cumprirem os critérios estabelecidos serão substituídos. Os processos servirão para coibir e punir condutas antiéticas e estimular um ambiente de aprendizagem permanente e crescimento profissional.

Auditorias independentes com autorização para avaliar, investigar e denunciar irregularidades, diretamente aos órgãos governamentais, tais como Polícia Civil, Ministério Público, Polícia Federal e Tribunal de Contas, serão premissas ao combate aos crimes e aos desvios de conduta, de comportamento antiético, dentro da gestão estadual, no nosso governo.

➤ **Base de dados que gerem informação.**

A integração de todos os dados em uma única plataforma, separados por áreas, tais como saúde, educação e meio ambiente; porém, ligados de forma que se possa pesquisar em vários diferentes setores de atuação do estado sobre temas correlatos ou iguais e gerar relatórios que possam balizar ações que eliminem causas geradoras de problemas na gestão, no estado.

A vinculação do estado como se fosse apenas um, oportunizará melhor gerenciamento da máquina pública.

A capacitação e entrosamento entre as secretarias e governo é fundamental para este processo funcionar.

➤ **Contratos do Estado**

Uma revisão geral de todos os contratos celebrados pelo Estado nos últimos anos é necessária para entender o que funcionou e o que deu errado para que sejam aplicadas as medidas necessárias ao melhor funcionamento da máquina pública. Mudanças nos modelos de contrato e a exigência de modelos de *Compliance* e uso de seguros do tipo *performance bond* que permitam garantir cumprimento dos contratos serão objetos a serem implantados. Esperamos com isso acabar com problemas de práticas ilícitas nos contratos.

Obras estaduais terão maior fiscalização em todos os quesitos, inclusive na qualidade do que é entregue.

Comentado [EM12]: Citar mecanismos de redução das barreiras de acesso ao emprego e renda (Sistema S? SEBRAE Lab? Mapeamento das vocações econômicas municipais? Resignificação do turismo local?

Comentado [EM13]: Criação de um plano de metas ao serviço público (ex: trello, funil, etc)? Utilização de ferramentas de planejamento estratégico de gestão? Novas políticas de RH?

Comentado [EM14]: Central de monitoramento estratégico? Uso das TIC na elaboração de aplicativo integrando a gestão municipal ao cidadão (Power BI)?

Comentado [EM15]: Formação de cadastro de fornecedores inidôneos? Aplicação de metodologia quanti x quali? Requalificação de pregoeiros?

➤ **Estado é formado por municípios.**

Possuindo 185 cidades (com a ilha de Noronha), na sua grande maioria municípios com uma população inferior a 40 mil habitantes (141 cidades). Destes 185, temos 74 com população inferior a 20 mil habitantes. Somente 15 cidades possuem população superior a 100 mil habitantes segundo dados da Wikipédia. O custo de manter municípios com menos de 30 mil habitantes é alto, pois se faz necessário uma infraestrutura completa para manter o funcionamento para uma parcela pequena de população. Isso causa gastos ao estado quando este poderia contar com estrutura que possa ser alocada de melhor maneira para atender as necessidades da população. Este é um desafio enorme: equacionar estes custos dentro de uma estrutura pesada e lenta que precisa ser modernizada e ficar mais leve, ágil e funcional a todos.

Focar na necessidade de cada município e encontrar cidades centrais que possam receber melhor estrutura para atender o entorno é uma forma de melhorar os serviços para a população. Outra solução seria criar parcerias do tipo PPP e com IOS.

Comentado [EM16]: Não seria melhor tentar implantar o conceito de *smart cities*, mapear e fomentar as vocações econômicas de cada município, para reduzir os movimentos pendulares e as cidades dormitório, resignificando a economia municipal?

➤ **Fala que eu escuto**

O governo que não ouve sua população e suas necessidades é inoperante. É verdade que algumas vezes precisamos passar filtros para entender melhor as questões levantadas para atender as demandas, e isso será feito. Ainda assim, o que importa é que a opinião do cidadão deve ser ouvida, pois ele é quem vive a realidade diária de sua região, e sim, ele é capaz de ver realidades que o estado não consegue perceber.

Decisões tomadas de dentro de gabinetes e ouvindo apenas políticos locais e alguns funcionários públicos não são suficiente, nem as mais adequadas. Temos que ouvir quem usa o serviço público, quem trabalha, quem mora e trafega no local cotidianamente para entender as dores e ouvir as soluções apontadas por eles. Feito isso, convocaremos a equipe técnica de cada área, de modo a transformar estas informações em soluções. Esta será a forma de governo e ela será decisiva ao sucesso desejado para nosso povo.

Comentado [EM17]: Ouvir como? Fortalecimento da Ouvidoria do Estado? Criação de ouvidorias municipais? Criação de um canal de denúncias e reclamações interligado com as Secretarias de Estado e os municípios? Criação de aplicativo de TIC p os munícipes?

➤ **Excesso de leis tributárias e burocracias**

Vamos montar uma estrutura no que compete ao estado de Pernambuco para desburocratizar processos dentro da fazenda estadual e simplificar as tributações estaduais (taxas e impostos), olhando para o pequeno empreendedor e para as grandes empresas. Com isso, iremos fomentar condição para o crescimento, com intervenções mínimas do estado.

Comentado [EM18]: Minireforma fiscal?! Concatenar esta ideia com as estratégias de capacitação, qualificação e fomento ao emprego e renda.

➤ **Donos do estado**

Dentro dos poderes, ao longo de anos, foi se criando uma cultura de que o estado pertence a poucos, na apropriação do que fazer com os recursos públicos, e isso deve ser eliminado.

Algumas regalias criadas ao longo de anos devem ser abolidas, como, por exemplo, alguns auxílios existentes. Restrição de uso de veículos, tipos de veículos, festividades, homenagens, acúmulo de cargos, etc.

Estabelecer novos critérios para uma melhor gestão de recursos será uma de nossas principais metas, pois é sabido que mesmo o estado tem recursos finitos. Os três poderes, dentro do estado, devem ter esta consciência e passar por esta reavaliação, inclusive sobre a questão do que é e o que não é “direito adquirido”. Até porque, se ele não é garantido, não pode ser adquirido, não devendo uma carreira não seja superior a outra em direitos e deveres.

Comentado [EM19]: Como?!

➤ **O Estado que tudo faz.**

Nem tudo é possível ser feito, resolvido e solucionado pelo governo. Após entendermos isso, entenderemos que delegar funções para setores privados e terceiro setor que atendam determinados tipos de serviços, com menor custo e maior qualidade e velocidade é possível e deve ser feito, dentro da legalidade. As concessões, parcerias-público privadas e ações de desestatização de serviços que não precisam ser prestados necessariamente pelo governo são algumas coisas que podem melhorar o estado e que este modelo seja copiado por municípios, desde que garantam melhoria dos serviços prestados e com menor custo desde que obedeça a legislação.

➤ **A previdência está à beira do caos.**

São 398 bilhões, estimativa descrita no DP – Diário de Pernambuco, e crescimento de 3.1 bi ao ano. A possibilidade de resgate existe, ainda que não seja fácil. Uma forma é dar a oportunidade do servidor optar migrando para instituição de previdência privada complementar, tanto os novos e antigos servidores. Para os servidores já efetivados, haverá a liberdade de escolha em optar por se manterem no atual sistema, sujeitos a novas alterações, ou pela escolha exclusiva da previdência privada complementar. O modelo deve ser apresentado em até 2 anos de governo após estudos.

Comentado [EM20]: Bandeira forte p campanha!!!

➤ **Mudança cultural política de Pernambuco.**

O exemplo vem de cima, e para tanto o uso de edificações do estado serão mapeadas para se projetar melhor uso das mesmas, dando assim mais agilidade na condução do estado. Financeiramente, a redução de gastos pode ser menor neste movimento, mas tem grande valor de significado por dar um basta no uso dos recursos públicos. Salário de Governador, vice, e de Secretários serão compatíveis com os cargos, porém respeitando o pagador de impostos. O uso de viaturas oficiais apenas para uso em serviço. Uso de aeronaves apenas em casos de emergência e necessidades de cumprir agendas de trabalho, jamais em uso privado particular ou como rotina. O Palácio das Princesas será o centro de comando do Estado e apenas isso.

II- Ciência, Tecnologia, inovação e empreendedorismo para revolucionar Pernambuco, com melhor Infraestrutura e uma base para o desenvolvimento

Enquanto população e Governo não entenderem e caminharem no sentido de que o cidadão é protagonista da sua própria realidade de vida, e que somente a promoção de meios para que ele seja o guia de sua própria vida, pouco ou nada irá mudar. A

ideia de que o governo deve prover tudo além de equivocada causa danos dentro da sociedade como é visto por mais de 40 anos desde a redemocratização. Neste período, todos os governantes focaram em elevar arrecadação para promover um modelo onde o estado fosse a mãe gentil que ampara todos em todos os aspectos, e assim seguiu em políticas econômicas equivocadas sustentando uma ilusão que levou nossa gente a ter um dos piores IDHs do Brasil, uma alta taxa de desemprego e um dos piores salários do país.

Segundo matéria do JC, a jornalista Adriana Guarda, em 16 de março de 22 descreve o seguinte cenário em Pernambuco:

“A cada 100 pessoas com idade para trabalhar em Pernambuco, 20 estão desempregadas. É a pior situação em todo o País. O Estado encerrou 2021 com uma taxa de desocupação de 19,9%, um recorde de pessoas de 'braços cruzados', desde que o IBGE iniciou a pesquisa, em 2012. Por esses dias, o governo do Estado divulgou uma queda de 19,4% para 17,1% na desocupação em 2021, usando como recorte o quarto trimestre do ano. Mas não há o que comemorar. Além da escalada do desemprego, a renda caiu, a informalidade disparou e a precariedade do trabalho aumentou”.

Se no período da implantação dos grandes empreendimentos no Complexo de Suape, entre 2007 e 2014, falava-se em pleno emprego em Pernambuco; a chave virou e o Estado se transformou no **campeão nacional do desemprego**. Pelos dados do IBGE, em 2012 a taxa local de desocupação era de um dígito (9%), em 2012. Na recessão de 2015-2016 chega a 10% e 14,8%, respectivamente. Depois vai escalando, chegando a dobrar num intervalo de 6 anos, entre 2015 e 2021.

Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2022/03/14959243-pernambuco-e-o-estado-com-mais-desempregados-no-brasil-a-cada-100-pessoas-20-estao-sem-trabalho.html>

Ainda que Pernambuco tenha enorme potencial, seja no turismo, na agricultura, na história cultural, pelo Porto de Suape, pelas ilhas inseridas no mercado de desenvolvimento tecnológico de softwares, amargamos quase a última posição no ranking nacional, quando deveríamos ser exemplo de crescimento e riqueza, inspirando outros estados.

O estado não é a mola propulsora disso, mas tem papel importante no sentido de facilitar o desenvolvimento, como um agente de apoio ao desenvolvimento social e econômico. Precisamos criar ambientes que sejam atraentes e bons para os negócios.

Eis que a principal forma de gerar riquezas e combater a pobreza é o governo não intervir constantemente no mercado e promover o crescimento da economia, criando um bom ambiente de negócios, de forma justa e generalizada para atrair e criar bons empreendedores.

Pr. Wellington Carneiro

responsáveis diretos pelo desenvolvimento do estado, acontece o que temos visto ao longo de 40 anos: uma realidade econômica e social cada dia pior. Isso tem causado desequilíbrio de toda ordem ao livre mercado, eis um modelo de privilégios que iremos acabar de imediato.

Desoneração, incentivos e ações semelhantes devem ser tomadas para todos e não apenas para aquele ou este setor produtivo. Não pode existir privilégios.

É necessário estimular a livre concorrência, por meio da diminuição da burocracia e do estímulo a um ambiente que promova a livre escolha pelo indivíduo do que dá mais lucro para ele, e não a escolha forçada de um setor específico.

Comentado [EM21]: A solução seria então um Plano Integrado de Desenvolvimento, construído a partir de um mapeamento do cenário de cada pasta e suas demandas? Reestruturação de O&M? Gestão por processos (desverticalização)?!

a. Nem tudo precisa da mão do estado, intervindo na gestão

Existem serviços públicos que podem ser ofertados por empresas privadas como por exemplo, exames clínicos, mais rápidos, muitas vezes melhores e sempre mais barato para o estado.

A tentativa de manter controle total de tudo no estado tem levado a um endividamento estupendo e não se tem conseguido equalizar na mesma proporção a qualidade desejada na prestação de serviços. A história tem mostrado o fracasso deste modelo de governar e parece que mudam governos e os erros permanecem.

População e governo precisam entender que este não pode ser o protagonista em tudo dentro do serviço público, e que uma gestão competente precisa abrir os olhos ao modelo de parcerias.

Comentado [EM22]: Via OS?!

b. População não perde quando se vende estatal

Governantes, ao longo da história política, criaram um discurso de que as empresas estatais são um patrimônio público da população e que a desestatização implicaria no fim de direitos da sociedade e na entrega dessas empresas para estrangeiros. Eis aí uma grande fake news propagada por décadas. Estatais na sua grande maioria, nos tempos atuais, serviram apenas como caixa dois para partidos políticos, para cabides de empregos e oneração do estado.

Alem disso são morosas e prestam mal serviço ao seu povo, com custos altos, em sua grande maioria. Um bom exemplo são os Correios, estatal sem concorrentes que amarga prejuízos ano após ano. Por fim, elas ainda influenciam preços praticados no mercado o que é ruim para quem usa os serviços.

Além disso, as estatais são utilizadas para o financiamento de custos do governo em outras áreas. Assim, a empresa deixa de lado a lógica de desenvolvimento do produto e acaba gastando o dinheiro de forma ineficiente com a máquina pública, e se não ficou claro, perguntemos onde está os valores dos fundos de pensões do PostalPetrus e tantos outros.

A população deve entender que o papel do Estado não é de gerar lucros, mas garantir a ordem e a oferta de serviços essenciais.

Comentado [EM23]: Citar estatísticas de arrecadação de receitas e as privatizações no atual governo federal!

c. Intervir para regular mercado, só quando estritamente necessário

O excesso de burocracia e licenças diversas para abertura de um negócio

desestimula o livre mercado. Esses custos empobrecem o estado além de achatam o valor de compra do salário do trabalhador.

Estas burocracias excessivas tem pouco ou nenhum efeito prático no crescimento da economia, muito pelo contrário, ela é danosa.

A possibilidade de transferir parte da atividade de regulação para o próprio mercado, por meio de certificações e selos de instituições privadas e uso de eventos de premiações por categorias dentro de setores empresariais, de forma a incentivar ainda mais o ambiente de negócios, é uma boa forma de incentivar o desenvolvimento, e claro, deve-se sim ter uma atividade regulatória exercida pelo estado que deve presumir a inocência por parte do agente econômico. Porém, em contrapartida, deve-se garantir que a punição e a responsabilização serão rápidas e severas em caso de irregularidades.

Comentado [EM24]: Como? Criando agências estaduais de regulação dos serviços?

d. Logística é obrigação do estado

O Estado deve fomentar para que os processos logísticos dentro de suas fronteiras sejam os melhores possíveis. Criar ambiente para que empresas possam trabalhar com menor custo cria desenvolvimento econômico sem ser o agente direto destes processos de logística.

A falta de malha rodoviária de qualidade, de rodovias e de transporte aéreo afeta nossa economia. Gaseodutos precisam chegar em todo o estado, assim como água para consumo humano e para setor produtivo.

Os moldes atuais de carga no Porto de Suape estão atrasados, seja na operação ou nos sistemas de controle e geração de informações para manter uma operação mais controlada e rápida. Eis um exemplo de descaso com nossa logística.

Apesar das inúmeras empresas aportando em Pernambuco para carga e armazenagem, o custo ainda é alto. São desbravadoras em ambiente distante do ideal para estas operações. Gargalos devem ser tratados e eliminados.

Comentado [EM25]: Fomento da parceria privada por meio de concessões, estabelecendo contrapartidas de investimento em infraestrutura multimodal?!

e. Pobreza do homem do campo se resolve com cooperativismo e fomento de crédito agrícola ao pequeno produtor

Usar a tecnologia para transformar o estado em um celeiro vivo em todas as áreas, no campo, do pequeno ao grande produtor e nas mais diversas áreas produtivas, dentro e fora daquilo que compete ao estado, pois a tecnologia é chave para reduzir a pobreza.

Pr. Wellington Carneiro

Se ouvimos por décadas que a solução para erradicar a pobreza era por o homem no campo, o que aconteceu? São 40 anos e a pobreza apenas cresce. O modelo está errado. A reforma agrária não é e nem foi a solução, os dados aí mostram isso. A produção de assentamentos agrários representam um percentual tão baixo na produção nacional que não impacta nos dados aferidos.

A tecnologia pode desenvolver desde grãos, solo, sistemas de irrigação, proteínas, controles de gestão e conglomerar pequenos produtores em cooperativas para

obterem melhor preço na compra de insumos e na venda de sua produção, melhorando assim sua vida. Acesso à tecnologia, assistência técnica e acesso a crédito baseada em projetos balizados e validados por técnicos que podem acompanhar o desenvolvimento é uma forma de resguardar o pequeno produtor para que não caia na armadilha de adotar um modal produtivo inoperante. Não apenas no setor rural a tecnologia acelerará o crescimento, mas aqui será usada como modelo de como ela pode atuar no desenvolvimento.

Eis que algumas premissas para gerar riqueza usando a Ciência, Tecnologia, inovação e empreendedorismo para revolucionar Pernambuco com melhor Infraestrutura, e uma base para o desenvolvimento para sairmos do atraso causado pelos modelos de governos passados.

- Incentivos generalizados e não direcionados;
- Fomentar para que se tenha a livre concorrência na iniciativa privada; Permitir que o mercado também seja um regulamentador;
- Cultura do “assistencialismo” será trocada pela do “construtivismo”. A sociedade deixa de ser apenas uma “vítima que depende do estado” e passa a ser a mão que faz o trabalho para mudar nossa realidade;
- Permitir ao setor privado concorrer e liderar prestações de serviços que hoje o estado pratica;
- Desestatização;
- Respeito às liberdades e escolhas individuais;
- Ser parte da solução para os problemas de logística e infraestrutura que está presente no mercado;
- Extinção de procedimentos que atrapalhem o desenvolvimento;
- O estado promoverá a atividade de certificação e licenciamento privado;
- Licenciamentos devem ser acelerados e terem prazos definidos e menos burocracia;
- Levar serviços de TIC, IA e técnicos para desenvolver todo o estado, do campo à indústria e comércio passando por dentro do setor público.

Comentado [EM26]: ???

Comentado [UdW27R26]:

Comentado [UdW28R26]:

Comentado [UdW29R26]:

Comentado [EM30]: Não seria COOPERATIVISMO?!

Estas premissas criarão um ambiente de negócios mais igualitário, simples, estável e que dê maior segurança aos empreendedores. Para tanto, seguem as seguintes propostas de ações:

➤ **A "caixa preta" acabou**

Transparência total. Manter site que mostrará ao contribuinte cada real gasto em cada secretaria, em cada repartição, sendo possível saber quanto se pagou em um contrato de fornecimento de água em cada botijão comprado, a vigência do contrato, quem ganhou a licitação, etc etc.

É necessário acabar com dados obscuros e dar transparência, permitir para dar ao cidadão a capacidade de saber onde cada real esta sendo aplicado dentro dos três poderes no estado de Pernambuco e saber quanto se arrecada. Dar acesso às informações dos gastos do governo a todos que assim desejarem ter sem criar barreiras, pois entendemos que o contribuinte tem este direito. É permitir que

ocorra também à livre concorrência e garantir a igualdade de oportunidades.

➤ **Novas certificações e regulamentações**

O estado tem sido ineficiente para regular qualidade de produtos do mercado. Faltam braços, recursos financeiros e entendimento dos aspectos do que cada setor necessita.

Permitir que o próprio mercado crie novas formas de garantir a qualidade do que é produzido e depois o estado aprova o modelo antes de ser implementado. Um caso de sucesso iniciado em Pernambuco foi o Selo para o setor de Refrigeração, que ganhou espaço e hoje é case de sucesso no Brasil. O setor foi regulamentado pelo SINDRATAR-PE, e pode ser perfeitamente cancelado pelo Governo do Estado para que todos pratiquem e que o próprio SINDRATAR-PE exerça seu papel de agente fiscalizador e promotor deste conhecimento. O SINDRATAR-PE, é membro fundador do CNCR e possui 14 Instituições que representam o segmento do ar - condicionado e da refrigeração. A nível nacional, são ações como estas, necessárias para o desenvolvimento e para esclarecimentos adicionais à sociedade brasileira e que poderão gerar novas regulamentações, que previnam futuros acontecimentos que causem danos à sociedade, que precisamos.

Assim, é preciso permitir a criação de autenticações, selos e certificações privadas para quaisquer tipos de atividades, que após criadas, o estado apenas as avaliará tecnicamente e dará apoio para sua aplicação.

Comentado [EM31]: Excelente bandeira de campanha: criação de selos setoriais e leis estaduais que gerem contrapartidas como incentivos fiscais.

➤ **Redução dos custos burocráticos para o empreendedor.**

Para abrir um negócio de pequeno ou de grande porte, precisamos simplificar este trâmite no tocante a quantidade de certidões de funcionamento. Um modelo de proposta de abertura assinada dando ciência das necessidades a serem cumpridas e as devidas responsabilidades ali aceitas. O mero registro contendo regras básicas e a posterior, uma secretaria específica para que sejam concluídas licenças adicionais, por exemplo, de mineração e de meio ambiente, em um mesmo local, para agilizar tempo e sem custos adicionais, podendo parte ou todo o serviço ser feito via web desde que usado assinaturas digitais com validade legal. Isso fica fácil uma vez que o Governo Federal disponibiliza que qualquer pessoa possa ter sua assinatura digital a custo zero.

A necessidade de autenticar documentos em cartório deixa de ser obrigatório, bastando apresentar os originais para que o recebedor possa validar.

Comentado [EM32]: E o apoio aos pequenos mineradores? E um levantamento sobre as irregularidades nas concessões de lavra?!

➤ **A desestatização para crescer.**

Desestatizar é preciso para diminuir o tamanho do Estado e de seu braço sobre a iniciativa privada. Quando esta desestatização é feita de maneira democrática, respeitando a liberdade de escolha individual, isso anula por completo interferências políticas nessas empresas e garante a livre concorrência que favorece o consumidor final.

Para as empresas que ficarem ainda sob comando do estado, haverá abertura para aporte de capital privado, criando nelas conselhos independentes, com possível presença de uma “golden share”. Entende-se a necessidade de manter

certas decisões estratégicas sejam tomadas considerando a opinião do governo. Isso irá melhorar o perfil de risco financeiro da empresa e evitará que o governo apoie necessidades financeiras ou retire recursos da companhia. O objetivo é que, mesmo ainda com parcela de controle público, as empresas iniciem um processo de desestatização.

➤ **Apoiar os municípios**

Criar inicialmente ilhas de desenvolvimento em regiões possibilitando a instalação de empresas em expansão ou novos empreendimentos é uma forma de melhorar o desenvolvimento econômico sem concentrar este crescimento em regiões específicas.

Outra forma é ajudar municípios, dando assessoria técnica e de gestão para que possam se desenvolver, seja pelo melhor uso de iluminação pública, tratamento de resíduos sólidos transformando o lixo em riqueza ou trabalhando para se ter eficiência energética, financeira, tecnológica, etc.

➤ **Pernambuco para Pernambuco.**

Incentivar que empresas varejistas valorizem o que é produzido em nosso Estado. É baixíssimo o volume de produtos comercializados dentro do estado e que são fabricados em Pernambuco, de roupas, alimentos, higiene pessoal, etc. O mesmo sofre no setor rural, com proteínas e grãos e nas demais culturas. Isso precisa mudar. Todos devem ter acesso aos recursos do mercado, extinguindo os incentivos setorializados e promovendo produtos produzidos em Pernambuco para que tenham mais competitividade.

O governo pode auxiliar na organização de pequenos produtores rurais e industriais em cooperativas, de modo a aumentar seu poder de barganha, obter acesso à assistência técnica e ao financiamento via cooperativas de crédito com a intermediação das cooperativas de produção em soluções de garantia, dar garantias para pequenas empresas se desenvolverem incentivando assim a produção pernambucana.

É preciso assegurar que o lobby político de indústrias e empresas de grande porte não atrapalhem este desenvolvimento dentro e fora do estado.

Comentado [EM33]: Não seria melhor interconectar as cidades dentro do conceito de smart cities?!

Comentado [EM34]: Como? Através da criação de cooperativas de catadores? Da criação de usinas de biomassa? Da atração de investimentos internacionais em novas tecnologias sustentáveis de tratamento de resíduos?

Comentado [EM35]: Esse texto deveria estar no tópico "Pobreza do homem do campo"!!!

III. Nossa responsabilidade com a Segurança Pública

Apesar do famoso Pacto pela Vida da atual legenda que governa Pernambuco há 4 mandatos (16 anos), o crime tem criado raízes dentro do estado. Nossa política será de tolerância zero com o crime, principalmente com o narcotráfico que hoje possui braços do PCC em todo o Nordeste.

Não vemos grandes apreensões ou ações que destaquem resultados vistos contra o crime, apenas propaganda política.

A falta de equipamentos, outros em estado precário, poucos serviços de trabalho com inteligência, políticas sem avaliação e uso de dados, uma grande ineficiência em várias áreas, extenuada integração entre instituições e ação preventiva longe de atingir seu potencial. Este é o quadro que caracteriza a Segurança Pública em nosso estado. Pelo

Comentado [EM36]: Importante citar estatísticas locais sobre os indicadores e motivos ofensores em segurança pública!!!

menos, esta é a percepção da população.

As propagandas não refletem a realidade da segurança pública.

Para chegar à média de um policial para cada 450 habitantes como recomenda a **Organização das Nações Unidas** (ONU), o Brasil precisaria ganhar 20 mil policiais em seu efetivo da **Polícia Militar em 2019**.

Pernambuco¹ possui 19.348 PMs, sendo 17.227 homens e apenas 2.121 mulheres.

Se a atual população é em números redondos de 9.84 milhões, temos, aferindo dados de 2019, um déficit de 21.887 PMs, sem levarmos em consideração que muitos estão afastados por problemas depressivos, vícios causados pela pressão diárias nas ruas e estão em tratamento. Outros, no serviço burocrático para se curarem da batalha das ruas, sem falar do crescente volume de PMs expulsos² (39) em 2021 em apenas seis meses. Os dados atuais mostram que esta condição melhorou, porém ainda estima-se um déficit no efetivo superior a 8 mil PMs.

Pernambuco¹ (fonte) <https://exame.com/brasil/brasil-tem-deficit-de-20-mil-policiais-em-seu-efetivo/>

PMs Expulsos² (fonte:) <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/12/14920499-numero-de-policiais-militares-expulsos-cresceu-200-em-pernambuco.html>



Fonte: <https://www.pm.pe.gov.br/> em 28/07/22

O descaso do poder público para com esta área é tão claro, que a imprensa noticia diariamente o crescimento da violência, e mesmo aumentando o contingente policial na medida em que a população possa vê-los, a sociedade ainda se sente insegura. Garantir a Segurança Pública é uma das poucas funções que o estado deve exercer plenamente e, como se vê, estamos distantes de atingir algo próximo do razoável.

O modo de operacionalizar e apresentar estas questões deve mudar, é necessário garantir a segurança de forma a reduzir de fato os atuais índices de criminalidade. Algumas questões sobre o tema devem ser repensadas, entre elas:

a. **Pacto pela Vida: com quem, para quem?**

A sociedade vem inquieta a mais de 2 décadas, porém, achou um caminho onde se posicionar nos últimos 4 anos, entre 2 pólos, o de que bandido bom é aquele que tem CPF cancelado, e o de que ele é vítima da sociedade, onde ele é apenas

mais uma vítima social, eis a “síndrome do coitadismo”.

Quando o Estado não funciona, as premissas parecem verdadeiras a depender de como se olha para elas, quando na verdade a inoperância do estado e um sistema decadente e favorável a este modelo de coitadismo sem instaurou. A polarização impede uma discussão mais pragmática sobre segurança pública, capaz de efetivamente trazer soluções para reduzir a violência. Por mais que se faça, a sensação de quem atua na segurança é que se está “enxugando gelo”, e a população sente que o “crime compensa” e a impunidade é seu pilar central.

Algumas pautas devem ser adotadas de imediato em toda a sociedade, separar o joio do trigo por tipos de crimes, aqueles que podem se beneficiar de redução de pena, saídas de datas específicas e até trabalhar fora do sistema prisional, e aqueles em que não existe redução de pena, a chamada progressão deixa de existir e a pena é cumprida na totalidade, e ainda, pode sofrer acréscimos em caso de reincidência ou descumprimentos de medidas estipuladas pela lei dentro do ambiente prisional. Nosso governo atuará em ambos os lados, na busca de recuperar aqueles que buscam esta alternativa e, endurecer para aqueles que querem ludibriar o sistema prisional ou permanecer no crime. Estamos dando poder de escolha de caminho ao detento, ainda que limitada, é uma escolha. Ainda haverá pressão deste governo para que hajam mudanças na legislação penal para endurecer mais e evitar a impunidade, e pediremos os cortes de benesses. O detento tem apenas 2 direitos, o de ser tratado com dignidade dentro do sistema prisional e o de cumprir a pena, e tem apenas um dever, o de obedecer 100% as penas impostas.

b. Pobre, negro ou branco da periferia, é criminoso

O crime é uma questão de ter ou não facilidade ou oportunidades de atuar neste meio. Quando se entende que a lei não o atinge rapidamente e de forma dura, entende-se que crime compensa e se perde o medo, e o que resultado é um sistema prisional abarrotado de gente de difícil recuperação.

Pr. Wellington Carneiro

Precisamos entender que o preconceito tem diminuído, mas ainda existe, e precisamos olhar as pessoas pelas suas ações, não pela cor de pele, local que mora ou bens patrimoniais. Acabar com certas divisões que só mantêm a sociedade em lados opostos e jamais se unem na construção de soluções. Será um processo lento, mas o trabalho será duro para acabar com estas questões de divisões da sociedade. Preto e branco, patrão e empregado, héteros e homossexuais, ricos e pobres, sulistas e nordestinos, etc etc. Somos um só povo, um só Brasil, nascidos aqui para fazer deste Brasil uma grande nação. Pernambuco não será diferente. Vamos dar as mãos trabalhar com foco em colocar nosso estado entre os primeiros colocados em IDH no Brasil. Cada um precisa fazer sua parte.

Sobre endurecer a lei não significa elevar penas, basta que sejam cumpridas sem tantas regalias, e como dito, em alguns casos ou tipos de crimes, sem benefícios de progressão ou redução ainda que por bom comportamento. A justiça tem que ser

mais rápida e sem medo de errar. Precisamos indiciar, julgar, apenar ou libertar. O investimento na capacitação e recursos materiais para perícias é fundamental para que se tenha uma justiça rápida e justa, e evitar justificações ou falta de aplicação das leis penais. Isso garante a punição ou absolvição de forma mais precisa e justa. Medidas serão tomadas em parceria com empresas privadas para acabar com roubos e receptação de mercadoria roubadas, sejam grandes cargas ou simples celulares, nos crimes cibernéticos, e parte deste processo passará pela Secretaria de Segurança e Repressão ao Crime e pela ALEPE.

Dizer que os criminosos são vítimas da sociedade nada acrescentou para a diminuição da violência em nosso Estado ou no Brasil, só deu mais sensação de que o crime compensa e tem compensado. Isso acaba agora nesta gestão. Entendemos que o crime é uma escolha do indivíduo e que a ausência de mecanismos de controle sociais, junto à incapacidade do estado em garantir a justiça auxiliam um contexto favorável a estruturação da criminalidade. Pobre não é bandido, nem negro e nem branco o é, bandido é todo aquele que escolhe ser bandido e independe de cor, raça, status social ou escolaridade. Ponto final!

c. **Precisamos de mais presídios**

Eis mais um mito. Sim, necessitamos de mais prisões para poder atender requisitos de políticas prisionais conforme manda tratados sobre esta questão. O que precisamos de fato, é um sistema que iniba o despertar do desejo pelo fato de achar que o crime compensa. Precisamos de presídios que separem de fato, os detentos de acordo com suas ações, pelos crimes praticados e pelo comportamento dele. Prisão custa caro para o povo, e por isso, se deixa de ter melhoras na saúde, na educação e no próprio sistema prisional. Prender mais, não garante a segurança da sociedade. Precisamos de dados em tempo real, interligando todas as unidades do estado para entender o fluxo de e tipos de ocorrências para que tenhamos política séria e que traga resultado a curto prazo. O 190 precisa funcionar de verdade, e ter resposta rápida. A capacidade investigativa tem sido prejudicada por vários fatores, entre eles: equipamentos obsoletos e/ou insuficientes; agente sem qualificação atualizada; ICC sobrecarregado; IML sobrecarregado. Estas são algumas das muitas causas que geram um grande problema: o da total falta de segurança e resolução de crimes. Precisamos trabalhar para reduzir presídios, e isso se dá pela melhoria nas forças de segurança, treinamentos, equipamentos modernos, e também com investimentos em área social, educacional, no desenvolvimento econômico e muitas outras coisas. O trabalho para sustentar o sistema é uma outra área a ser usada, o detento terá que trabalhar para dar sustento ao sistema ao qual ele cumpre pena. Outra frente dentro desta questão é a iniciativa privada com modelo piloto de penitenciária da iniciativa privada ou mista. Crime não se combate apenas em uma frente, é um conjunto que levará ao sucesso desta missão. A primeira frente, será a do enfrentamento enérgico e endurecimento das ações contra os criminosos.

Comentado [UdW37R36]:

Comentado [UdW38R36]:

d. Secretaria de defesa Social funciona

A iniciar pelo nome, defesa social parece mais que estamos tratando de políticas ligadas a contenção de enchentes, deslizamentos de morros, amparo às vítimas da violência e de ações da natureza. O “vitimismo” mudou até o nome da secretaria e amassou a força policial. Secretaria de Segurança Pública e repressão ao Crime, este sim diz a que veio e o que vai fazer. A segurança pública (do povo) e combate duro ao crime, seja ele qual for.

Sistema de controle penitenciário inexistente. Ali parece colônia de férias – isso vai acabar. A sensação da população é que os detentos e facções comandam presídios e o Estado finge que está tudo certo. Alguém percebe o tamanho deste absurdo? Só faltam dar carteira de detento para que possam entrar e sair quando desejarem, porque as portas das celas já não se controla, nem de pavilhões. Diz a população que quem manda é o preso. Isso acaba agora.

d. A violência na área rural não existe e a invasão de propriedade não é crime

Percebemos que mesmo sem mudar a lei, já em 2019 o total de invasões de propriedade rurais caiu drasticamente, crimes também começaram a diminuir em todo o Brasil, inclusive fechamentos de vias públicas nas BRs. O que aconteceu? Mudaram as leis? Não, apenas entrou um governo que avisou que o respeito ao bem privado está garantido em lei e que seriam adotadas as medidas legais para quem infringisse estas leis. Também se aprovou depois lei permitindo a defesa da coisa privada. Desta forma, sem ter aval de governos populistas que permitiam o caos social como invasões de propriedades privadas gerando estado de anarquia, esses tipos de crimes e delitos têm caído ano após ano.

O Estado se fez presente onde ele efetivamente deveria atuar. Pernambuco fará o mesmo. Se populismo desse certo para combater diferenças sociais de toda ordem, após mais de 30 anos, seríamos um estado rico e próspero. Precisamos, como governantes e legisladores, criar formas de dar suporte legal ao desenvolvimento, proteção a quem produz e gera riquezas para si e para o estado de tal forma que se consiga reduzir desigualdades enraizadas e que só nos levaram a ser hoje, um dos 4 piores estados para se trabalhar e viver, segundo dados do IBGE.

O direito à defesa pessoal e da propriedade deve ser respeitado como o da legítima defesa, eis a forma de reduzir violência, impondo limites até mesmo no momento em que o estado não estava presente quando do fato ocorrido, mas apurado e investigado.

Premissas de segurança que permitam Pernambuco se desenvolver e promover crescimento para todos. São elas:

- O caminho do crime é uma escolha
- O Estado deve garantir a legalidade dos atos públicos;
- O Estado deve pôr fim à cultura da impunidade e do coitadismo;

- É preciso desenvolver a eficiência das investigações criminais a fim de reduzir a violência;
- O Estado deve investigar, indiciar, julgar e prender ou libertar melhor,
- Garantias individuais devem ser respeitadas, tanto da vítima quanto de quem comete o crime;
- Transparências em ações, dados nos órgãos da segurança pública;
- É preciso defender o exercício do direito de legítima defesa.
- Invasão é crime, não é política pública nem correção de dívida social com parcela da população;

Assim, o novo modelo que se propõe para gerir a Segurança Pública terá as seguintes ações:

➤ **Cometer crime, custa caro.**

Tornar caro o ato de ser criminoso é algo a ser buscado junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para que haja maior rapidez e racionalidade nos processos criminais. Com isso será possível ver os criminosos pagarem pelos seus crimes, aumentando o efeito dissuasório da pena. Reestruturar os conselhos penitenciários será necessário para tornar mais difícil a vida dos que escolhem o caminho do crime.

Comentado [EM39]: Isso passa pela necessidade de reestruturação dos Conselhos Penitenciários!

➤ **Rouba porque tem quem compre**

Na verdade, apenas existe quem rouba e quem compra porque o Estado está inoperante. Se não tiver receptor, não terá quem roube para vender. Políticas neste sentido para acabar com receptores serão uma constante no governo. Blitz constantes para que se apresentem notas fiscais de produtos que tenham um alto volume de roubos, deve ser prática constante. Após mapear, iniciam-se as blitz em estabelecimentos comerciais e nas redes de comércio eletrônico. Ações coordenadas e de serviços de inteligência irão quebrar a rede de roubos e interceptadores de mercadorias roubadas.

Comentado [EM40]: E a criação de rondas ostensivas nos bairros, tipo cosme e damião? E a redução dos agentes nos postos administrativos e aumento dos postos de rua?!

➤ **Polícia não merece confiança**

Durante quase 30 anos, o que tomou as mídias foram os erros de alguns poucos policiais, erros acidentais, erros causados sob pressão constante até que explodam em algum momento e, erros que são pensados (crimes com uso da farda). Mas as boas ações, que são a grande maioria e praticadas pela grande maioria do contingente, não são mostrados. Criou-se a percepção que policial é mal, é miliciano, bandido, etc etc. Acabar com este pensamento é prioridade. Programas para humanizar a polícia quando estiver ao lado do cidadão de bem através de campanhas publicitárias, treinamentos e ações nos bairros deve ser constante na recuperação da imagem que jamais deveria ter sido posta na lama de forma leviana. Temos que entender que policial não é bandido, que eles combatem bandidos. Campanhas serão feitas para reduzir a distância entre sociedade e força policial e desmistificar a questão de que a polícia não é amiga da população e é volenta.

Comentado [EM41]: Necessário falar em soluções como campanhas de valorização do profissional de segurança pública; criação de planos de capacitação e mecanismos de benefícios a partir do atingimento de metas!

➤ **Melhor investigação.**

O Estado deve oferecer maior suporte ao trabalho investigativo das polícias, priorizando provas técnicas e utilizando metodologias e tecnologias que otimizem o desempenho dos investigadores. Essa é a principal alternativa para dar fim à impunidade. Para isso, deve-se começar a reunir e monitorar dados sobre os resultados dos inquéritos policiais de homicídios no Estado e utilizar esses indicadores como avaliação das políticas públicas de segurança do Estado. Para isso o ICC, IITB e o IML passarão por grandes mudanças físicas e estruturais.

Comentado [EM42]: Criação e estruturação de uma polícia científica!

➤ **Não tem com reduzir a superlotação nos presídios.**

O modelo atual de redução de população carcerária além de gerar mais impunidade, tem causado maior dano social ao detento que se sente bem em cometer novos crimes e a sociedade que sofre as ações criminosas. A aplicação de manter grande parte deles nas ruas com tornozeleiras não impediu que o criminalidade crescesse. Isso precisa ser revisto.

Tornozeleiras, trabalho monitorado, rever processos que estão parados retendo detentos que já deveriam estar livres, uma vez que cumpriram pena são algumas das ações a serem avaliadas e implementadas. Revisar penas via Conselhos Penitenciários e criar postos de trabalho nas unidades prisionais para manter os detentos ocupados, produzindo e possibilitando sua volta à sociedade com alguma formação.

Comentado [EM43]: Revisão das penas via Conselhos Penitenciários e criação de postos de trabalho nas unidades prisionais em parceria com a iniciativa privada.

➤ **Parcerias na segurança.**

Construir dois presídios (feminino e masculino) em parceria com iniciativa privada, um modelo de PPP, para verificar o resultado desta parceria que vem dando resultado em alguns países, é uma forma de desonerar o Estado para investir mais em outras áreas e dar melhor condição ao detento. Esta também é uma forma de desarticular o controle do crime organizado dentro do sistema prisional e tornar mais transparente sobre o uso de recursos públicos dentro do sistema prisional.

➤ **Atuação da sociedade.**

A sociedade pode ser parte da solução e não apenas um agente passivo no combate ao crime. Ela mais que ninguém conhece a realidade de onde vive, e pode fazer denúncias anônimas.

Pesquisas de satisfação da população local sobre as ações da polícia podem ajudar a entender e aprimorar no combate ao crime, avaliando o comportamento da polícia, tempo de resposta, comunicação com a comunidade, etc. A população precisa ser mais parceira, menos vítima e o estado precisa estar junto com esta população. A criação de modelos de integrar a sociedade ao estado dentro das comunidades para uma gestão mais participativa.

Comentado [EM44]: E a criação de conselhos comunitários municipais integrando as demais pastas do município com a segurança pública e mecanismos de gestão participativa? E a criação do agente comunitário de integração (cadastro de pessoas na 3ª idade, por exemplo)?!

➤ **Polícias separadas trabalham sem ingerências e melhor.**

A integração de informações não apenas vindas da polícia civil e militar, mas também de outras áreas devem ser agregadas para facilitar o trabalho de inteligência e desenvolver ações de repressão ao crime.

Integrar forças de segurança e sistemas de informações é primordial, integração

de sistemas de informação entre estados se faz necessário.

➤ **Mais polícia para reduzir o crime.**

Esta é uma falsa premissa. Apenas mais policiais não resolve. Temos que ampliar esta capacidade com uso de tecnologias. Impossível imaginara o combate ao crime dentro do estado e redução das ações criminosas nas fronteiras sem a aplicação da inteligência, e isso requer sistemas de informação rápidos e seguros. Existem inúmeras tecnologias aplicadas e que podem ser criadas que vão dar o suporte ao trabalho policial.

Iniciaremos com combate a roubos de veículos e de cargas usando a tecnologia. Queremos em dois anos reduzir drasticamente estas modalidades a ponto de se compreender que estes crimes não compensam, seja o agente que rouba ou o agente que é receptor destas peças e mercadorias roubadas.

Outras tecnologias de uso de rastreamento, uso de equipamentos fronteiriços, criação de barreiras virtuais aliados a um policiamento preparado irão coibir certas práticas que causam dano material, de vidas e ao conforto social de se viver sem medo em Pernambuco.

➤ **Nunca é cedo demais.**

Participar da vida dos jovens desde cedo, nas comunidades e escolas, ajudando a recompor famílias, em estado de vulnerabilidade social, onde existe uma enorme desestruturação das famílias e da comunidade local. Os problemas nos núcleos familiares iniciam pelo uso de álcool e drogas lícitas e ilícitas, pela falta de trabalho e pela sensação da eterna impunidade. O estado deve promover a maior presença da polícia e ser o responsável por organizar a mobilização social para exercer o controle social nessas áreas onde elas próprias habitam, em parceria para uma vida melhor. A SEDUC – secretaria de Educação terá papel fundamental nesta área assim como modelos de promoção de apoio familiar aplicados no Governo Federal (MMFDH e ENDICA)

➤ **Ensinar sobre Bem e Mal.**

Há uma cultura de que pequenos delitos são permissíveis, afinal, “isso é uma besteira”. Comprar produtos sem nota, comprar produtos que tem indícios de que foi subtraído de outrem, são culturas que precisam acabar.

O Estado deve estruturar os aparatos policiais e judiciais, fortalecendo as instituições, a fim de restabelecer a ordem legal e o cumprimento da justiça de maneira que a população tenha o sentimento do certo e do errado.

“O que parece ser bom nem sempre é algo mal, mas o mal, jamais será algo do bem”. Isso deve se traduzir em meios que a população entenda e comece a praticar, ser ensinado em escolas e comunidades para assim desenvolver um modelo de resolução pacífica de conflitos que podem ser evitados e dos altos custos de manter penitenciárias, eis uma maneira também de se ter justiça.

Parcerias com entidades religiosas para atuarem dentro de um programa “PARA FAMÍLIA”, seja esta família no modelo tradicional ou famílias acolhedoras que aturão orientando órfãos e crianças retiradas pela justiça do poder familiar para proteção dos mesmos.

Comentado [EM45]: Existem diversas políticas públicas de Direitos Humanos do Governo Federal, baseadas em boas práticas internacionais, que promovem o apoio familiar (ex: programa famílias fortes – MMFDH; Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA; etc...)

Comentado [EM46]: Parcerias com igrejas e comunidades religiosas locais (ex: Uma igreja com propósitos). Programa de famílias acolhedoras para órfãos e crianças retiradas do poder familiar;

IV. A Educação é de todos e para todos

Quando os primeiros humanos surgiram, seu desenvolvimento demorou a acontecer pois não havia formas de passar conhecimento adiante, era quase por gestos que se transmitia o saber. Com o passar das eras, veio a comunicação verbal seguida da escrita. Neste momento, a evolução ganha velocidade. Os gregos, considerados um dos povos mais evoluídos, onde situa-se o berço da filosofia mundial. A evolução humana sempre esteve acompanhada pelo saber, e o desenvolver dos modelos educacionais proporcionaram novos impulsos e maior evolução nas ciências. Portanto, a educação é importante para que os indivíduos desenvolvam capacidade analítica, conheçam a realidade e o contexto em que estão inseridos e adquiram conhecimentos para resolver problemas e tomar decisões mais assertivas.

Observando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), da rede estadual tem sido insatisfatório e abaixo do ideal de 6 pontos, alcançando apenas 4.6. Estamos em 20º lugar entre apenas 27 Ufs nos anos iniciais do ensino fundamental. Já nos anos finais, sobimos para a 13ª posição de 27. Em termos de matrículas, ocupamos 8º e 9º posições, respectivamente. Nunca se gastou tanto em educação por 16 anos e se teve tão pífio resultado.

Portanto, há um volume grande de verbas, mas que na prática não são bem alocadas para atingir um nível satisfatório de ensino. Logo, é preciso tratar sobre algumas questões antes de propor mudanças para o desenvolvimento da educação no estado:

a. A educação não muda, é ortodoxa demais

Este mito existe pois ao longo de anos, as mudanças feitas geraram pouco resultado ou nenhum do ponto de vista da percepção da população.

A qualidade do ensino oferecido pelo governo pernambucano não acompanha a qualidade do ensino privado e isso já se arrasta a mais de 30 anos. O modelo de avaliação a ser usado no estado será o IDEPE, reformulado com foco em puxar o nível de ensino para chegar ao topo da avaliação nacional (IDEB).

Se não existe consequências para o mal rendimento do produto criado dentro da estatal da educação, ela continuará a ter resultados abaixo do esperado por mais três décadas. O desempenho apesar de melhorado pelo esforço de professores e demais profissionais da educação, o modelo e os processos utilizados causam grande pressão sobre o corpo de ensino e de gestores e continua a ter muito esforço e resultados distantes seguidos de crescimento lento do desempenho.

Leis nacionais necessitam mudar para acelerar o desenvolvimento na qualidade educacional nacional das estatais e equiparar com a iniciativa privada.

Apesar de existirem barreiras, existem ações que podem ser tomadas que trarão grandes melhorias ainda que demorem um pouco mais para aparecerem. Mudanças reais e percebíveis, podem levar até 10 anos para serem vistas e sentidas. Persiste o modelo regulatório federal, assim, se faz necessário aperfeiçoar o ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas, avaliações de resultados mais rígidas, maior canal de participação entre

país e alunos, e uso de Parcerias Público-Privada onde for apropriado.

b. O mito da regulação como essencial para o bom desempenho do ensino

Escola sem partido. Escola com partido. Com ideologia, sem ideologias, etc. Afinal, qual modelo funciona. Por décadas, a ideologia tomou conta das salas de aula e formou uma massa de pessoas que saem das escolas sem capacidade de ler e entender o que leu. Creio que escola sem partido ou ideologias dará o mesmo resultado. O problema é não se ter uma escola democrática, onde linhas de pensamentos diferentes transitem em harmonia e na dialética do ensino, do debate de ideias de forma saudável, baseados em fatos e não em factóides ou narrativas esdrúxulas. A liberdade sempre gerou grande desenvolvimento social e cultural. Métodos de gestão e de processos podem ser o diferencial entre o atual fracasso da educação e o sucesso de uma geração que alavancará Pernambuco. O excesso do controle regulatório do Estado nas instituições de ensino, principalmente quanto ao que deve ser ensinado nas escolas, tem tornado as formas de ensino mais engessadas. É necessário que livros e material não sejam distorcidos nem tendenciosos, fatos importantes da história sejam oferecidos como referência de quem fomos e para sabermos onde estamos e onde iremos chegar.

A escola pode ser a mesma, mas os processos e modelo de gestão irão mudar junto com a literatura oferecida e os modelos de avaliação do aluno e de cada unidade escolar.

c. Tem escola boa e escola ruim

Este mito parece verdade quando olhamos para escolas mais bem estruturadas e outras em estado de abandono. Quando olhamos a questão do desempenho, percebemos que este mito cai por terra. A capacidade do educador, quando amparado pela família para promover o crescimento do estudante, torna qualquer lugar uma das melhores escolas, ainda que seja embaixo de uma boa e generosa sombra de um enorme juazeiro.

O que precisa mudar primeiro são os processos, os livros devem ser fieis aos fatos e sem qualquer tendenciosidade, apenas fatos. A escola deve ser livre em seu debate, para evitar distorções. Os exames escolares dirão se os educadores cumprem seu papel ou não para que o estado possa intervir como mediador e corrigir os desvios.

Claro que se entende as diversas formas e graus de estudantes em suas vulnerabilidades familiares e sociais, e compreendemos que o estado deve dar suporte a ele e a sua família, envolvendo ambos e até mesmo a sociedade onde a escola está situada no processo de melhoria da comunidade. Não existe salvador, existem mãos dadas que se ajudam mutuamente para atingir bons objetivos.

Não se pode ter “escolas modelo” que servem para fotos de campanhas publicitárias, quando estes modelos deveriam ser padrão. Escolas particulares vem funcionando e formando ao longo de décadas, dando banho de conhecimento quando comparamos estudantes do setor privado e do setor

público. O que os diferencia? Uma política séria, processos ajustados, aplicados e melhorados continuamente com foco em resultados, o da formação de excelência. Basta ver que escolas militares tem desempenho superar até diante de escolas privadas. Método, disciplina, foco em educar, eis uma receita que pode dar certo.

d. Professor não é gente

Ouvi amigos repetirem estas frases ditas pela boca de educadores. Compreensível este sentimento, uma vez que a autoridade deste profissional foi removida de formas variadas. Estudante tudo pode, e não se pode chamar a atenção de forma mais séria, não se pode constranger o estudante que está a bom tempo constrangendo o professor e outros estudantes, e um inimaginável quantitativo do que NÃO pode fazer. Ensinar virou parte de um terceiro plano. Novos processos para categorizar este profissional, dando a ele o respeito merecido e devido, criando a Classe profissional de Professor e Pedagogo como forma de buscar dar ao profissional o reconhecimento devido há muitos anos, e devolver a ele a autoridade necessária para desenvolver suas atividades, capacitar de forma que se consiga melhor resultado prático uma vez que se vem capacitando professores em até 2 vezes ao ano e os resultados são irrisórios na colocação destes saberes em prática.

Professores mais motivados e melhor preparados tendem a ser mais capazes de cativar os seus alunos, obtendo maior êxito na aprendizagem. Para que a carreira dos professores seja baseada em indicadores de desempenho, além de se considerar resultados nos exames de educação, é essencial que os pais tenham mais canais de participação e de avaliação dos serviços prestados na escola, impactando diretamente na remuneração variável dos profissionais da educação. Os mesmos princípios serão aplicados para educação no campo, atendendo a algumas particularidades como horários e duração de aulas, método de ensino, transporte escolar, etc e até usar os facilitadores das entidades parceiras do Estado, não sendo necessária a contratação de mais professores e, ao mesmo tempo, alavancando o conhecimento.

Depois destas informações prestadas acima, podemos dizer que as premissas que derrubarão os mitos citados e irão melhorar a educação pública são:

- Fazer *benchmarking* do sistema de ensino privado e de escolas militares às escolas estatais;
- Dar maior liberdade às escolas e aos indivíduos, com os conteúdos básicos como português e matemática, ciências sociais e livre debate nas escolas;
- Menor interferência estatal na busca por melhor desempenho das escolas;
- Melhor relocação de recursos financeiros, humanos e de material;
- Os alunos devem ter maior liberdade no aprendizado;
- A carreira dos professores deve ser pautada por indicadores de desempenho e satisfação dos pais;
- Os diretores devem ser escolhidos tecnicamente em eleição direta por mandato de

- 2 anos;
- Ensino rural personalizado e de qualidade;
- Ensino para pessoas especiais, seguirão as diretrizes do MEC.
- Educação integral, escola aberta aos finais de semana para capacitação de pais, investimento em programas e práticas esportivas (ex: Integra BR da Sec. Especial do Esporte – Gov. Federal);

Por meio deste entendimento, seguem alternativas para uma mudança no sistema de educação estadual que, ao preservar a liberdade do indivíduo, visa o melhor desempenho das escolas e da formação de seus estudantes:

➤ **Parcerias Público-Privadas (PPPs).**

Por meio de uma parceria bem elaborada, o estado pode acelerar a questão das vagas para atender a toda a população que ainda precisa estar na escola utilizando menos recursos do estado e ofertando melhor estrutura e ainda gerar emprego e renda. Sabemos que existem limitações legais que limitarão algumas ações mas não serão impedimento para o trabalho ser desenvolvido.

Estas parcerias incluem modelos para educação no campo e para pessoas especiais. Encararemos esta educação como as demais, vendo esta maneira de agir como uma forma de incluir, não diferenciando esforços por entendermos que todos somos iguais, mas agiremos atendendo algumas diferenças dos indivíduos e de suas dificuldades pois todos devem receber a mesma qualidade e atenção.

➤ **Igualdade escolar.**

Escolas devem receber recursos iguais obedecendo as proporcionalidades. Mudanças na alocação dos recursos baseado neste princípio dará igualdade a todas as escolas na questão do investimento. A outra parte do investimento deve vir da capacidade de cada escola produzir uma educação de qualidade, percebida e sentida pelos pais do estudante, por ele próprio e pela sociedade onde ela está inserida. Como resultado, espera-se um aumento no resultado médio no desempenho escolar do estado e igualdade de condições aos trabalhos dos gestores escolares.

➤ **Competição do saber entre escolas**

As escolas devem ser avaliadas por indicadores de gestão que considerem a evolução do desempenho da instituição, afetando o montante de recursos recebidos pelas escolas e bonificações aos professores, diretores e outros colaboradores. Assim, aquelas que obtiverem melhor evolução nos resultados deverão ser premiadas. Deve-se utilizar parâmetros de avaliação já existentes no IDEB, reforçados, de forma a termos um IDEPE e que levem em consideração as notas alcançadas pelos estudantes em avaliação, incluindo também modelos externos como a avaliação por exemplo do teste PISA. Este é um modo de assegurar a qualidade dos exames, e a integridade e objetividade dos critérios avaliativos, evitando manipulações políticas e circunstanciais, portanto, as avaliações deverão ser feitas por entidade com credibilidade certificadora.

➤ **Escolas e parceiras privadas.**

Muitas escolas que operam com menor quantitativo de alunos deixando espaços de salas/estruturas ociosas, poderão ser aplicadas parcerias privadas para que se assumam parte ou o total da estrutura, modelos onde os estudantes da rede pública possam adentrar aquela escola privada em número de vagas estipuladas, e estudantes que mantenham um padrão de aprendizagem para manter sua “bolsa” naquela instituição. Outra forma é ceder por completo a estrutura relocando alunos em outras unidades, e o Estado recebe contrapartidas que sejam entregues direto ao estudante, como cederem professores e modelo de educação para o estado. Esta pode ser uma forma de melhor uso com menor gasto do governo.

➤ **Autonomia responsável e mensurável.**

A administração estadual não deve regular excessivamente as escolas estatais e privadas. É preciso dar autonomia administrativa e dos recursos, para que a escola cresça em um ambiente democrático. Em contrapartida a essa autonomia, o governo passará a exigir mais rigorosamente o cumprimento de metas e responsabilização de desempenho, essencialmente sobre aquisição de conhecimentos básicos de raciocínio lógico e linguagem pelos alunos, e dará suporte apresentando processos que levem a um melhor desempenho.

A desburocratização do ensino é algo necessário, precisamos delegar sem “delargar” as responsabilidades e obtenção de resultados.

Incentivar e facilitar a abertura de escolas privadas é algo que deve ser visto como incentivo e investimento em educação.

➤ **Liberdade Individual do Aprendizado**

Democratizar o ensino dentro da escola é uma possibilidade através da flexibilização de uso dos recursos do Fundeb e do entendimento do sistema de *vouchers* para aquilo que for melhor para atende aos anseios educacionais individuais. Isso permitirá que haja uma oportunidade de introduzir no sistema de educação pública uma forma para que os próprios estudantes decidam, junto com suas famílias, sobre como investir em sua educação com os recursos arrecadados pelo Estado.

Os alunos decidirão como aplicar parte dos recursos dentro das unidades escolares onde estudam, apoiados pelos seus pais.

➤ **Engajamento de pais e professores.**

Acreditar que o estado pode sozinho formar o homem que fará grande seu Estado é utópico. O Estado promove meios auxiliares e a família tem papel fundamental no processo. As escolas precisam promover de forma constante e rotineira encontros com os pais dos estudantes de forma a reduzir as discrepâncias de informação.

A tecnologia terá grande papel neste sentido, o de aproximar família, sociedade, estudantes e escola para juntos promoverem as mudanças necessárias ao desenvolvimento na educação e sair do atual atraso.

V. Saúde para uma vida melhor, é direito universal.

A percepção que nos cabe sobre este tema é que se vem combatendo incêndios constantemente, não se faz prevenção. Vemos que problemas são inúmeros e uma única causa: má gestão.

Problema complexo e de média complexidade ainda tem sua maioria de atendimentos na Capital e Agreste, forçando o pagador de impostos a se moverem por horas para um atendimento e esperar outras fatigantes horas em filas que nunca acabam durante as madrugadas em busca de uma senha em papel. Vivemos em um mundo *tech* e usamos papel em algo tão banal, causando mais problemas ainda além dos já enfrentados pela população.

Na saúde, os casos médicos que chamam a atenção, os de média e alta complexidade devem ser realizados de forma regional, com o atendimento acontecendo sempre o mais próximo possível do cidadão, garantida uma escala mínima necessária para oferta desses serviços com qualidade e custo viável. A capital não suporta mais centralizar estes procedimentos e o desmembramento destes procedimentos deve acontecer mais rapidamente possível.

A qualidade do atendimento está a desejar faz pelo menos 3 décadas, e piora a cada ano, nem as promessas feitas a cada 4 anos têm sido cumpridas. Basta lembrar o hospital de Garanhuns, prometido há quase uma década. O nome deveria mudar de “promessas” para “vazios”, pois são o que elas são, coisas vazias.

As promessas, faz tempo, têm sido a tônica dos programas de governo, para a construção de mais unidades de saúde (Unidades básicas, UPAs, Policlínicas, Hospitais), porém sem dar a devida preocupação com manutenção e quadro de pessoal para seu devido funcionamento, com a eficiência e a qualidade necessárias dos serviços ofertados para população.

O reflexo dos maus investimentos e desta má gestão é de mais filas, mais demora no atendimento, além da falta de recursos materiais e de pessoal, acarretando em muitas vidas que poderiam ser salvas se houvesse boa aplicação dos recursos disponíveis.

Atuar para acabar com o descaso com a população, a penúria nos sofrimentos do momento da marcação de consultas e exames ao momento de agendar procedimentos em intermináveis filas, na maioria das vezes, dependendo de favores de políticos e agregados que gozam das benesses de furar filas na marcação de procedimentos no sistema de saúde, mantendo assim uma política que maltrata e coloca cabresto na população. Precisamos acabar com pensamentos equivocados do imaginário da população. Alguns deles são:

a. No SUS, é de graça

Este mito é algo que precisa ser desmentido. O fato do SUS ser o Sistema Único de Saúde brasileiro, apesar de ser um direito universal, ele não é gratuito. O SUS é mantido por aqueles que pagam impostos, portanto, o SUS é pago, apenas muda a forma como se paga. O SUS não atende a todos em iguais condições, pois o montante pago para cobrir o montante de despesas com procedimentos realizados é muito diferente, e portanto, os recursos possuem limitações. Aliado a um recurso

limitado e insuficiente, existe ainda dois tipos de desperdícios, os desperdícios pela falta de gestão, de processos bem desenhados que ajudam a potencializar os recursos ali depositados e, os desperdícios pelas práticas não éticas dentro do sistema como um todo.

Os pretextos de que a saúde é universal e que todos geram abusos de autoridades com o discurso que os gastos são pelo bem do povo e para o povo. Coisas deste tipo foram vistos durante a pandemia Covid 19, onde os gastos exorbitaram nos preços por exemplo de respiradores, comprados a quase R\$150 mil reais, quando na mesma época o Governo Federal comprava os mesmos equipamentos a menos de R\$ 50 mil reais. Este é apenas um exemplo de muitos cometidos durante a pandemia e tantos outros cometidos por anos por governantes.

b. Não tem dinheiro que dê para saúde

A lei manda que o investimento em saúde seja de 12%, segundo a Constituição. O que vemos ao longo de cada governo é que se chega a investir até mais, porém a qualidade do investimento não se mostra, são resultados ultrajantes.

A arrecadação de impostos sobe, logo, sobe o investimento obrigatório em saúde, mas o resultado continua o mesmo, continuamos pagando mais imposto, gastando mais com saúde, e continuamos com um modelo péssimo e desumano. A conta da farmácia nunca subiu tanto.

Isso aparenta para a população que a saúde não funciona pela má gestão aliada à corrupção dentro do sistema de saúde onde quer que ele esteja.

Mudanças necessárias como imediata alocação no orçamento disponível, estabelecendo prioridades, revendo todos os contratos em seus detalhes e melhor fiscalizados. Mortes evitáveis devem ser priorizadas, doenças preveníveis por vacinas não podem ocorrer. Logo, entidades mais capacitadas devem participar das decisões de investimentos, a fim de estabelecer prioridades mais técnicas e menos política na saúde. Precisamos de mais gestão e menos saúde para reduzir objetivamente a mortalidade e ser mais efetivo na promoção de bem-estar da população.

c. A saúde pública nunca vai dar certo

Não se tem o controle minucioso de cada gasto feito tal qual uma indústria, onde cada insumo e cada matéria prima é controlada para evitar desvios, ter controle para evitar falta de material, de insumos, de mão de obra. Controlar estes gastos em cada local é primordial, ter metas claras, procedimentos apropriados para gerenciar os recursos e dar condição aos profissionais de atuarem melhor é condição para uma melhoria significativa na saúde pública.

O Estado não precisará realizar a gestão direta dos equipamentos públicos de saúde, mas deve sim dar condição de provedor direto do serviço para uma função mais estratégica, monitorar e avaliar para corrigir o curso quando estiverem fora do que é planejado e deve ser executado. O Estado não estará se eximindo das

responsabilidades conferidas a ele, o que ele passa a fazer é apenas se dedicar ao controle dos resultados obtidos. Buscar modelos que estejam sendo bem sucedido em outros estados, inclusive em saúde privada, tornará possível expandir os equipamentos, aumentar o número de profissionais de saúde qualificados e realizar um maior número de atendimentos, visto que outras organizações conseguirão fazer mais com menos.

d. Saúde da família resolve tudo

Trabalho de prevenção pode trazer economia para todo o sistema de saúde. Se a saúde de primária é a porta de entrada do cidadão no sistema, precisamos entender melhor estas questões e aplicar recursos neste sentido, para que ele não evolua para a próxima porta.

Coordenar ações para que a saúde não tenha como prioridade na gestão, o tratamento corretivo, pois este deve ser a exceção e não a regra ou modelo padrão. O padrão deve ser focado em campanhas para saúde familiar, promover atividades que possam evitar doenças, através de bons hábitos, promover meios para que a população possa ter melhor alimentação (a saúde começa pela boca), e manter um sistema capaz de efetuar exames que possam prevenir problemas. Mapear problemas de saúde por regiões baseado no CID para promover investimentos e ações não generalizadas, que elevam custos na saúde e são ineficientes.

A saúde precisa estar automatizada, por sistemas e processos operacionais que evitem desvios de comportamento anti-ético, roubos e falhas de investimentos.

e. A saúde de qualidade sempre está em Recife

Em todo o estado, existe uma qualidade a ser reconhecida nos tratamentos de saúde. O Estado deve impulsionar este desenvolvimento através de parcerias público privadas para que seja ao máximo equalizado o modelo de saúde pública em todo o estado.

Outra forma, é a reforma de hospitais e ampliação, para atenderem demandas da região. Melhorar e ampliar hospitais regionais é uma saída rápida para dar mais qualidade no atendimento. Dessa maneira, é preciso repensar a lógica de regionalização do serviço de saúde no estado. Se faz necessário priorizar o fortalecimento do atendimento regionalizado da Saúde, colocando em funcionamento os Hospitais Regionais e garantindo maior cobertura do SAMU, ao invés de manter contratos com equipamentos ineficientes. É mais barato e de melhor qualidade. É necessário averiguar a capacidade de investimento atual em saúde, um grande desafio. De imediato, parcerias poderão ser realizadas por serem menos onerosas e atenderem ao momento atual de crise na saúde da população. De imediato, as questões de uma gestão compartilhada de equipamentos públicos de saúde por meio de Organizações Sociais (OSs) e Parceria Público-Privada (PPP) começam a ser implementadas.

f. Empresas privadas só pensam em lucro

Uma meia verdade. O setor privado necessita ter lucro para distribuir entre acionistas, com aqueles que acreditam que vale a pena criar empresas que solucionem problemas e recebam uma parte daquilo que investiram antes, arriscando seu patrimônio. O estado deve facilitar o acesso aos planos privados por meio da eliminação das barreiras regulatórias à novos competidores e pelos elevados tributos que atingem diretamente nos preços ao consumidor. Além disso, o imposto de maior incidência sobre os remédios e insumos hospitalares é o ICMS, de competência estadual. Uma menor interferência no mercado por parte do Estado, a longo prazo, permitirá a livre concorrência e a liberdade de escolha por parte dos indivíduos para optarem pelos serviços e preços que melhor atendam suas necessidades.

Nesta proposição, devido existirem muitas limitações legais, podemos pensar em trabalhar baseado nas seguintes áreas chave de resultados para restaurar a saúde pública em Pernambuco:

- Existe mais limitantes para se resolver problemas na saúde que no tocante a recursos financeiros
- Mais gestão, menos política;
- O governo deve ser um facilitador para todas as ofertas de saúde;
- Gestão compartilhada de equipamentos públicos de saúde por meio de OSs e PPP como forma de melhorar os serviços de saúde à população;
- Melhorar os Hospitais Regionais dando a eles o porte adequado como forma de garantir atendimento especializado à população com menor necessidade de deslocamento até à capital;
- "Médico de Família" como alicerce das políticas públicas de saúde básica do Estado;
- Assegurar um livre mercado para que a competitividade possa elevar a qualidade do atendimento na saúde, de forma a permitir um menor custo e maior versatilidade que aquela proporcionada diretamente pelo Estado;
- Uso da Tecnologia (TIC e IA) para dar um salto qualitativo e quantitativo na saúde pública.
- Levantamento do perfil epidemiológico da população nos municípios, para mapear as áreas de maior incidência de enfermidades e estruturação de campanhas de prevenção;
- Criação de programas especiais para crônicos a partir de suas comorbidades;
- Criação de central única de regulação;
- Criação de central única de OPME;
- Fiscalização da distribuição de MAT/MED;
- Fortalecimento e georeferenciamento das farmácias populares;
- Criação de unidas autônomas de produção estadual pública de gases medicinais (ex: O₂, CO₂, etc...) para redução de custos em escala (redução de custos na ordem de até 70%);
- Criação de núcleos de medicina integrativa;

Assim, existe a necessidade de inovar e implementar no modelo de saúde as seguintes alternativas:

➤ **Recuperar a saúde que se encontra em UTI.**

Reestruturação do modelo atual, de antigo padrão, inoperante de acordo com os resultados vistos nos últimos anos, onde a qualidade que já era quase nula, tornou-se um caos e tem caído de acordo com a opinião da população. Hoje, vemos demoras, atrasos, falta de medicamentos, de procedimentos e todo o mais que representa falhas no atual sistema.

Tratar melhor com fornecedores, mudanças nos processos internos e modelo operacional de acordo com cada região do estado deve ser o início do trabalho. Relocar despesa, melhoria no sistema de tributos de forma a facilitar maior concorrência e evitar atraso em repasse de valores, afetando toda a cadeia dentro da área de saúde, do fornecedor ao usuário do sistema.

➤ **Saúde limpa**

Há uma cegueira por parte dos governos sobre as mortes evitáveis (parece que virou vala comum a coisa de ser apenas mais um para dados estatísticos), e existe um acomodamento por parte dos usuários, que se acostumaram a reclamar sem agir na cobrança que traga resultados para a população. Há uma aceitação tácita como se não pudesse ser mudada a atual situação de ambas as partes.

Um pilar necessário para que a população entenda o que acontece com os gastos com saúde em Pernambuco, e possa cobrar dos gestores, é que cada unidade tenha expostos os dados de como é empregado os recursos públicos e assim, permitir que a sociedade possa compreender por si, sobre a realidade da saúde com base em dados reais a partir do momento que enxerga onde cada centavo é gasto. Transparência e respeito ao pagador de impostos que banca todo o sistema.

➤ **Gestão descentralizada.**

Entidades que sejam capazes de fornecer melhores serviços públicos de saúde para a população, receberão direitos para administração dos equipamentos da saúde, sejam estas entidades Organizações Sociais (OSs) e/ou Parceria Público-Privada (PPP). O objetivo dessa medida é de aumentar a eficiência dos equipamentos atuais e concentrar esforços em monitoramento e avaliação dos serviços de saúde contratados, com controles pelo uso de IA – inteligência artificial e auditorias permanentes, por exemplo. Além disso este modelo garante maior ética e responsabilidade financeira na gestão além de implementar ouvidoria descentralizada do governo (com capacidade de efetuar denúncias nos órgãos competentes) e interagir ofertando oportunidades de melhorias.

➤ **O Estado como guia de mudança.**

Apoio técnico aos municípios que queiram passar pelo mesmo processo de mudança de modelo de gestão com base em resultados e responsabilidade de gestão por parte de entidades privadas.

Os municípios os responsáveis pelos serviços iniciais no atendimento público de saúde, os de atenção primária e diante da sua incapacidade em cumprir sozinho esta tarefa. O Estado se propõe a atuar de forma estratégica no sentido de propiciar que municípios e organizações referência na área de saúde se juntem

para desenhar modelos que funcionem em cada região do estado. O fortalecimento de consórcios intermunicipais existentes servem para estabelecer cada vez mais parcerias com entidades privadas, buscando um modelo onde a manutenção e melhoria da saúde, baseado na realidade de cada região e não em modelos de pronto atendimento apenas.

➤ **Dois corpos podem ocupar o mesmo espaço.**

Vamos tornar a saúde pública equivalente a um modelo privado, com a diferença que no lugar de buscar lucros, se almejará resultados mensuráveis na prestação dos serviços. Se para isso ocorrer, for necessário integrar a gestão de centros de saúde menores a hospitais regionais de maior porte, trazer a gestão privada que detém capacidade de transmitir eficiência operacional e planejar, de forma mais adequada, o escopo de atividades para que as unidades atuem de forma complementar, será feito dentro do que a lei permitir.

➤ **Integração total.**

Criar um cartão de saúde com chip, que conterà dados do paciente e abrirá o prontuário dele sempre que acessado pelo centro médico em que ele estiver em atendimento, contendo seu histórico médico, facilitará e agilizará os tratamentos e intervenções, redução de custos, melhoria no atendimento. Eis o motivo para uma implementação de um programa de acompanhamento médico a médio e longo prazo, que é fundamental para mudar a realidade atual. Que o modelo seja acessível por qualquer profissional do sistema de saúde habilitado no sistema, com informações sobre condições clínicas anteriores dos pacientes, que possam ser utilizadas pelos profissionais para prevenir doenças e criar melhores tratamentos.

➤ **IA, tecnologia e tele-medicina.**

A tecnologia já existe, precisamos apenas apontar a direção. É preciso investir na implantação de prontuários eletrônicos, no tratamento de dados de todo o estado de forma que auxiliem a gerar modelos de gestão melhores e implementar centros de atendimento online, podendo assim melhorar a qualidade de tratamentos e atendimentos nos municípios onde não há escala suficiente para a presença do especialista. A tecnologia tem potencial de melhorar a qualidade do atendimento e reduzir custos para a estatal e para o cidadão, e a tele-medicina provou isso durante 2 anos de pandemia.

➤ **Conscientização.**

Garantir níveis de excelência de campanhas que tratem problemas de saúde ligados a fluxos de doenças vacináveis (HPV, Paralisia, DSTs, Surtos de vírus, etc) e doenças com maior índice de problemas dentro do estado.

➤ **Nosso primeiro modelo.**

A burocracia tem sido um dos impedimentos para que haja melhorias na saúde pública. Por isso, o estado deve simplificar e informatizar os processos e efetuar credenciamento com maior agilidade inclusive na emissão de licenças e alvarás nas regiões com maior necessidade de atendimento.

Vamos agilizar para que seja implementado um modelo inicial em um programa piloto onde o governo possa comprar serviços privados de saúde para a população, e provavelmente seja iniciado por uma regional das 12 existentes. Objetiva-se que a população consiga obter melhores no uso do sistema e tenha assim condições de comparar e avaliar os serviços públicos e privados, podendo cobrar novas políticas em direção a um novo modelo de saúde com mais liberdade.

Conclusão

É preciso compreender que os recursos disponíveis para o uso dos governantes foi mal direcionado, elevando o custo de vida para aqueles que trabalharam honestamente para conquistá-lo e tiveram que dividi-lo com o governo na aplicação com a saúde pública. Enquanto nós caminharemos em direção à uma menor interferência do Estado e maior liberdade ao indivíduo, se faz necessário acabar imediatamente com crença de que “não há recursos suficientes” e acabar com gastos desenfreados do governo. Diante de todo o exposto, este plano de governo tem como principal premissa o respeito com o dinheiro do pagador de impostos. Seremos capaz de impor limite ao mal gasto da máquina pública e usar devidamente os recursos nas áreas que realmente interferem para melhoria da qualidade de vida das pessoas, determinando que a mensuração dos resultados seja uma prerrogativa para os gastos públicos.

Deus, pátria, família, trabalho e liberdade são os valores que pretendo defender, difundir e praticar!!!

Com nossos cumprimentos alvissareiros aos estimados pernambucanos, na oportunidade subscrevemo-nos,

Respeitosamente!.

Pastor Wellinton Duarte Carneiro
PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM PERNAMBUCO.
Presidente

FONTES:

G1- PE¹ : <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/02/21/pernambuco-tem-terceiro-maior-numero-de-assassinatos-do-brasil-mesmo-com-queda-de-10percent-em-2021.ghtml>

IBGE² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>

DP – Diário de Pernambuco³ : <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2022/02/em-pernambuco-numero-de-empresas-criadas-em-2021-subiu-cerca-de-25.html>

FGV⁴ <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/30/aumento-de-814percent-da-pobreza-em-pe-tem-relacao-com-deterioracao-do-mercado-de-trabalho-diz-pesquisador.ghtml>

CBN⁵ <https://www.cbnrecife.com/artigo/pernambuco-tem-mais-de-50-da-populacao-na-pobreza-segundo-fgv>

CNN Brasil⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/argentina- crise-politica-e-alta-na-pobreza/>

Wikipedia⁷

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Pernambuco_por_popula%C3%A7%C3%A3o)
Pernambuco¹

